



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CAROLINE CUNHA MENDES

**Discursos de açorianidade e agenciamento do passado: Memória,
Patrimônio e Turismo no Ribeirão da Ilha – Florianópolis/SC (1974-2013).**

Florianópolis
2014



CAROLINE CUNHA MENDES

**Discursos de açorianidade e agenciamento do passado: Memória,
Patrimônio e Turismo no Ribeirão da Ilha – Florianópolis/SC (1974-
2013).**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
do Centro de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito para obtenção dos títulos de
Licenciada e Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Martins
da Silva

Florianópolis
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na Sala de reuniões do Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Mônica Martins da Silva**, Orientadora e Presidente, pela Professora **Janice Gonçalves**, Titular da Banca, e pela Professora **Claricia Otto**, Suplente, designadas pela Portaria nº49 /TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Caroline Cunha Mendes**, subordinado ao título: “**Narrativas do Patrimônio no Ribeirão da Ilha: História, Memória e Turismo em Florianópolis-SC (1974-2013)**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Mônica Martins da Silva**, a nota final 9,5, da Professora **Janice Gonçalves**, a nota final 9,5, e da Professora **Claricia Otto**, a nota final; sendo aprovada com a nota final 9,5. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História, até o dia doze de dezembro de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, de de 2014.

Banca Examinadora:

Prof.^a **Mônica Martins da Silva** *m silva*

Prof.^a **Janice Gonçalves** *Janice*

Prof.^a **Claricia Otto**

Candidata **Caroline Cunha Mendes** *Caroline Cunha Mendes*

observação: O título do trabalho foi alterado para:
Discursos de azorianidade e agenciamento do passado:
Memória, Patrimônio e Turismo no Ribeirão da Ilha - Florianópolis (1974-2013)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada como um requisito para a conclusão do curso de graduação em História. Aproveito o espaço para agradecer as pessoas que fizeram parte da minha vida e por consequência da pesquisa. Acredito que a reflexão histórica seja um instrumento não apenas para nos reconhecemos enquanto sujeitos, mas para percebermos o quanto aqueles que fazem parte de nossa trajetória de vida influenciam em nossas escolhas. Quem não teve um professor que marcou sua trajetória escolar, ou um familiar ou amigo para seguir de exemplo. Assim, agradeço:

À professora Andréa Ferreira Delgado: pelo acompanhamento desde o início da pesquisa. Pela paciência, pelo incentivo e pela generosidade, me fez entender como é feita a pesquisa em História. Sua contribuição vai além da graduação, ela me fez desenvolver a consciência histórica, desdobrando duas dimensões complementares, o conhecimento enquanto sujeito e a consciência do outro, estimulando reflexões sobre a vida acadêmica, sempre relacionada as minhas escolhas pessoais e aqueles que estavam ao meu entorno. À querida Andréa poderia dedicar toda a pesquisa, mas estaria indo contra um ensinamento seu aquele que diz que todos aqueles que fizeram parte da nossa trajetória de vida, seja na Academia, em família ou profissionalmente, contribuem para nossas seleções de pesquisa, para chegarmos ao nosso objeto e até para refletirmos sobre ele.

Agradeço à professora Mônica Martins da Silva, que assumiu corajosamente o desafio de finalizar minha orientação. Agradeço o empenho em me fazer organizar as idéias, em dar formato a um trabalho de tantos anos.

Aos colegas do PAMEDUC e Santa Afro Catarina, grupos de pesquisa do qual fiz parte e iniciei o processo de formação enquanto pesquisadora em História.

Aos meus familiares: meu filho Bernardo, por ser a grande fonte de inspiração e motivação, meu grande amor. À minha mãe, Kátia, por todo o apoio, suporte e carinho, por me deixar livre para fazer minhas escolhas e principalmente por despertar os primeiros interesses pela História da cidade com seus relatos. Ao meu pai, Múcio, que partiu antes de ver a conclusão desse trabalho, mas que contribuiu como pode para sua realização. Aos meus irmãos, Rodrigo e Thiago, que tanto amo.

Ao meu noivo, Douglas que esteve ao meu lado em momentos tão importantes, por todo o amor, carinho e incentivo.

Aos colegas, professores, todo o pessoal do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, especialmente ao Departamento de História: pelo profissionalismo e cordialidade e pelo apoio durante todo o curso.

Às grandes amizades que fiz durante a graduação, especialmente à Giovanna, vizinha que me deu apoio em diversas situações: “a tia da bagunça” segundo meu filho.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), principalmente àqueles do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), da Casa da Memória, em especial a professora Eliane Veiga, da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR). Por fim àqueles da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Biblioteca Universitária da UFSC.

Ao Serviço de Assistência Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (SASC-PRAE) da UFSC: pela concessão de auxílios que foram fundamentais para a minha permanência na universidade e conclusão do curso.

RESUMO

O Ribeirão da Ilha é ressignificado através do entrecruzamento entre os campos do Patrimônio, História e Turismo nas décadas de 1970/2013. Analisar a emergência do Ribeirão da Ilha enquanto objeto para esses campos permite identificar as intencionalidades em elegê-lo como tal. Algumas redes discursivas se forjam ao longo desse período para tornar o Ribeirão como um lugar de memória, através de uma estratégia elaborada de enquadramento da memória que se pretendia para o lugar, os interlocutores responsáveis pela formação dessas redes, participaram ativamente para a apropriação da categoria “açorianidade” para justificar a preservação do lugar, porém há uma contradição no Ribeirão que permite identificar que não é apenas por esse discurso de reprodução do passado que ocorre o processo de patrimonialização e turistificação do lugar. Alguns equipamentos turísticos utilizam de outras estratégias como atrativo. A relação passado e presente permite confrontar o regime de verdades criado para o Ribeirão da Ilha.

Palavras-chave: Patrimônio, História, Turismo, Presente e Passado, Açorianidade.

ABSTRACT

The Ribeirão da Ilha is meaning through the intersection of the fields of Heritage, History and Tourism in the decades of 1970/2013. To analyze the emergence of Ribeirão da Ilha as an object for these fields identifies the intentions in elects it as such. Some discursive networks are forged during this period to make the Ribeirão as a place of memory, through an elaborate frame memory strategy that was intended to place the parties responsible for the formation of these networks, actively participated to the appropriation category "açorianidade" to justify the preservation of the place, but there is a contradiction in Ribeirão that identifies that it's not just that the past reproduction speech that occurs the process of patrimonial and touristification the place. Some tourist facilities use other strategies as attractive. The past and present relationship allows confront the regime of truth created for the Ribeirão da Ilha.

Keywords: Heritage, History, Tourism, Present and Past, Açorianidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização do Ribeirão da Ilha.....	19
Figura 2: Fachada da Igreja Nossa da Lapa – Ribeirão da Ilha.....	20
Figura 3: “Casario açoriano” – início do perímetro tombado.....	37
Figura 4: Mapa de localização da Escola de Educação Básica Dom Jaime Câmara.....	39
Figura 5: Folder turístico disponível no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	49
Figura 6: Capa do site “Ribeirão da Ilha”.....	62
Figura 7: “Casario açoriano” representado no site “Ribeirão da Ilha”.....	63
Figura 8: Os restaurantes representados no site “Ribeirão da Ilha”.....	64
Figura 9: Início da Rodovia Baldicero Filomeno no Distrito do Ribeirão da Ilha.....	68
Figura 10: Mapa que representa os demais sítios do Ribeirão da Ilha.....	69
Figura 11: “Engenho desativado”.....	70
Figura 12: Fachada do restaurante “Estação Ribeirão”.....	71
Figura 13: Interior do restaurante “Estação Ribeirão”.....	72
Figura 14: Reprodução dos “casarios açorianos”.....	73
Figura 15: Entrada do Bar e Restaurante “Engenho do Vô”.....	74
Figura 16: Interior do restaurante “Engenho do Vô”.....	75
Figura 17: Entrada do restaurante “Porto do Contrato”.....	77
Figura 18: Vista para o trapiche do restaurante “Porto do Contrato”.....	78
Figura 19: Fotografia do livro apresentado aos clientes no balcão do restaurante “Porto do Contrato”.....	79
Figura 20: Fachada e vista Trapiche do restaurante “Ostra da Ilha”.....	82
Figura 21: Fachada do restaurante “Rancho Açoriano”.....	83
Figura 22: Fachada do restaura “Ostras & Ostras Coisas”.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIH – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
APC – Área de Preservação Cultural
CNTur – Conselho Nacional de Turismo
DEATUR – Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina
DIRETUR – Diretoria de Turismo e Comunicação
ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FUNCULTURAL – Fundo Estadual de Incentivo à Cultura
FUNDESPORTE – Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte
FUNTURISMO – Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
Mtur – Ministério do Turismo
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
SAPDRI – Sociedade Amigos Pró-desenvolvimento do Ribeirão da Ilha
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A
SEPHAM – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município
SETUR – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte
SHRBS – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis
SOL – Secretaria de Organização do Lazer/Secretaria de Estado, Turismo, Cultura e Esporte
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional
TURESC – Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina S/A
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – A inserção do Ribeirão da Ilha no campo do Patrimônio cultural de Florianópolis	19
1.1. O Ribeirão da Ilha e o processo de patrimonialização: a atuação de um “guardião da memória”.....	25
CAPÍTULO II – Os entrelaces entre Turismo, História e Patrimônio na ressignificação do Ribeirão da Ilha	46
2.1. A estratégia de enquadramento da memória através do discurso jornalístico.....	51
2.2. O turismo em Florianópolis.....	52
2.3. Os folders e sites turísticos no trabalho de ressignificação do Ribeirão da Ilha.....	54
CAPÍTULO III – Ribeirão da Ilha: As “muletas da memória” e a invenção do lugar	67
3.1. As estratégias de enquadramento da memória nos restaurantes.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

A consciência de si é um importante princípio para o trabalho do historiador. Debruçar-nos sobre o nosso próprio ser, perceber que fazemos seleções e escolhas cotidianamente e compreender que elas nos constituem enquanto sujeitos, são questões que orientam a percepção da natureza do nosso ofício. Assim, compreender os caminhos que percorremos no decorrer da escolha de nosso objeto de pesquisa, parece ser fundamental para justificar uma proposta de trabalho, tal como essa que desenvolvo nas páginas seguintes. Por que Florianópolis? Por que o Ribeirão da Ilha? Podemos separar algumas categorias que exemplificam minha perspectiva historiográfica e a escolha do objeto. Quais são:

A personalidade: escolhi Florianópolis, especificamente o Ribeirão da Ilha, pela minha relação pessoal com o lugar. Sou natural de Florianópolis-SC, nasci e cresci nessa cidade, morei duas vezes no Ribeirão da Ilha, a primeira ainda criança e a segunda já no início da adolescência. Cresci em meio a instituições públicas. Minha mãe, funcionária pública municipal e meu pai funcionário público estadual. Enquanto funcionária da Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, minha mãe trabalhou durante nove anos no Portal Turístico de Florianópolis. Ao visitá-la em seus locais de trabalho tive os primeiros contatos com as instituições da cidade. Na Fundação Franklin Cascaes e no Arquivo Histórico do Município, fui construindo certa familiaridade com os temas que analisarei nesse trabalho. Ademais, aos 15 anos de idade, fui bolsista na Prefeitura, na Divisão de comunicação e arquivo, presenciando o dia a dia da Instituição. Concomitantemente, os relatos dos meus familiares e professores primários e secundários despertavam ainda mais o meu interesse em conhecer a História da cidade em que nasci. Somado a isso, posteriormente, uma perspectiva historiográfica obtida ao longo do processo acadêmico do curso de História¹ e as contribuições do curso de Direito².

Objetos de estudo: as problemáticas, frustrações e ideologias ligadas ao mundo em que vive o historiador orientam as suas escolhas historiográficas. Neste sentido, já na Academia interessei-me por alguns determinados campos, a História Local, o Patrimônio e o Turismo, especificamente.

¹Uma perspectiva que considera que o “documento não é inócuo”, que o objeto de pesquisa na História é sempre fruto das subjetividades do historiador.

²Fundamentalmente no que tange a hermenêutica jurídica, que possibilita uma interpretação das leis.

Seleção: após escolher o objeto de pesquisa, é preciso fazer recortes, determinando o foco para o qual devemos olhar. Neste sentido, após definir o que eu pretendia pesquisar, fiz algumas seleções sobre o tema. Revisitei o Ribeirão da Ilha, por meio de um trabalho de campo que colaborou para a construção de outro olhar sobre essa localidade, assim como me aproximei de uma bibliografia que permitiu conhecer os estudos e pesquisas já produzidos.

O acadêmico: Ao longo do processo da graduação, deparamo-nos com alguns autores, que por vezes podem compor nosso referencial teórico metodológico, influenciado, ou não, por nossos orientadores. Esse referencial pode nos acompanhar por toda a vida. Não foi diferente comigo.

Aproprio-me de Foucault (2003) quando ele afirma algumas questões interessantes em relação a formação dos objetos, a emergência é a primeira delas, ou seja o momento em que determinado tema emerge como objeto de pesquisa. Neste sentido, delimitando o Ribeirão da Ilha como objeto de pesquisa tomei as categorias História, Patrimônio e turismo, como referência e por meio delas defini o recorte temporal e espacial. Percebe-se que a emergência do objeto está diretamente relacionada a própria consolidação desses campos na cidade. Assim, chegamos ao que o autor chama de “instâncias de delimitação”, ou os campos de formação discursiva. Dentro desses campos, Patrimônio, Turismo e História, ocorre um filtro cultural, de lembranças e esquecimentos.

Na pesquisa sobre a consolidação do campo do patrimônio em Florianópolis, pude identificar que ele é resultado de embates historiográficos e da criação de instituições que administram o patrimônio municipal. A pesquisa compreende um grupo de órgãos ligados à Prefeitura municipal criados para lidar com as questões relacionadas ao patrimônio de Florianópolis – IPUF – Instituto de Planejamento Urbano, SEPHAM – Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico do Município e os órgãos municipais responsáveis pelo turismo – Secretaria Municipal Turismo, Cultura e Esporte, Santa Catarina Turismo S.A.

Algumas dessas instituições, IPUF – Instituto de Planejamento Urbano e SEPHAM – Serviço de Patrimônio Histórico Artístico do Município são responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias discursivas e não discursivas que permitiram a imposição de determinados bens como memória coletiva. Na perspectiva teórica do presente trabalho a memória coletiva é concebida enquanto coerção, como “imposição, uma forma específica de violência simbólica” (POLLAK, 1989, p. 3), criando uma série de categorias que legitimam e justificam a sua preservação.

Os bens culturais têm sido, nas últimas décadas, utilizados como instrumentos para garantir visibilidade turística à cidade de Florianópolis. A seleção e identificação desses “bens culturais” ocorre por meio de estratégias dessas instituições responsáveis pela “produção discursiva específica” que constroem significados a certas categorias, “tendo como eixo articulador a ideia de Patrimônio” (SANTOS, 1996, p. 77). Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, Edgar Garcia Junior (1999) questionou-se como em “certos momentos emergiram certas falas que tentaram atribuir à Florianópolis um caráter de autenticidade pureza e originalidade, tomando as raízes luso-brasileiras como referência” (GARCIA, 1999, p. 5). Neste sentido, o autor identificou o processo de construção de uma identidade “açoriana” para a cidade de Florianópolis, destacando as ações de alguns intelectuais ligados ao Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, e Fundação Franklin Cascaes, em diálogo com o trabalho de Maria Bernadete Ramos Flores (1991), que tratou da “invenção da açorianidade”.

Essa identidade “açoriana” é utilizada como categoria que circula no campo do patrimônio em Florianópolis, e nesse sentido interessa ao presente trabalho, cujo objetivo principal é identificar a produção discursiva da categoria “açorianidade” na construção de uma identidade cultural para o Ribeirão da Ilha e os seus usos para justificar e fundamentar a patrimonialização e a turistificação que foram agenciadas para o local.

A igreja Nossa Senhora da Lapa, na sede do distrito do Ribeirão da Ilha, foi tombada pelo Decreto Municipal 1.341 de 17 de dezembro de 1975 e o centro histórico do distrito é considerado Área de Preservação Cultural (APC-1), pelo Plano Diretor dos Balneários e do Distrito sede em 3 de janeiro de 1985 pela Lei Municipal 2193. Para a salvaguarda legal desses dois lugares constituiu-se uma gama de estudos historiográficos utilizados para confirmar a importância histórica desses lugares, construindo uma “memória coletiva” a partir da utilização de diferentes categorias legitimadoras.

Em relação ao campo do Patrimônio do município de Florianópolis, há poucos trabalhos disponíveis, dos quais se destacam os de ADAMS, (2002), GONÇALVES (2006) e RICHTER (2009). O primeiro deles é o trabalho da arquiteta Betina Adams que analisou a gestão da preservação do patrimônio municipal. O segundo, da historiadora Janice Gonçalves (2006), é uma tese de doutorado que buscou, em âmbito estadual, compreender a definição e constituição dos campos historiográfico e arquivístico, tratando também do tema na esfera municipal. O trabalho do historiador Fábio Andreas Richter em sua dissertação de mestrado (2009) buscou analisar os desdobramentos relacionados ao campo do Patrimônio Cultural de

Florianópolis. Vale destacar também alguns estudos sobre as ações de instituições culturais, como o Trabalho de Conclusão de Curso (1999), de Edgar Garcia Júnior, mencionado acima, que buscou identificar algumas políticas culturais para a cidade, através da atuação da Fundação Franklin Cascaes – (FCFFC), enfatizando em um dos capítulos, a “desconstrução do discurso acerca da açorianidade”. Destaca-se também o Trabalho de Conclusão de Curso (2011) de Juliana Hachmann, que apresenta contribuições aos estudos e discussões acerca das relações entre cultura e turismo em Florianópolis.

Este trabalho se insere no campo patrimônio uma vez que pretende investigar as redes discursivas que se forjam ao longo da consolidação do campo do patrimônio florianopolitano, especialmente aquelas responsáveis pela resignificação do Ribeirão da Ilha. O caráter inovador do trabalho está em identificar e problematizar as categorias discursivas utilizadas como justificativa para salvaguarda de determinados bens, e realizar uma investigação das instituições que se configuram como “lugares de fala” do campo do patrimônio.

Segundo Adams (2002), a primeira ação do Estado nacional para preservar, via tombamento, um patrimônio edificado em Florianópolis se deu em 1938, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, com o tombamento das fortalezas da Baía Norte. Outra atuação do órgão nacional se deu em 1940, quando “procurou adquirir a casa onde nasceu o pintor Victor Meirelles.” (RICHTER, 2009, p. 42). Segundo Richter, apenas em 1950 ela foi tombada como patrimônio nacional. Apesar dessas ações do órgão nacional, foi apenas em 1990 que ocorreu a instalação de uma Superintendência do órgão no Estado na cidade de Florianópolis. Em 1974 foi criada a primeira Lei municipal³ que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural florianopolitano e cria o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SEPHAM. De acordo com Richter (2009, p. 44), o SPHAM, passou por três fases, a primeira corresponderia ao período da sua criação até fins dos anos 1980, onde ela estaria vinculada “à Secretaria Municipal da Educação”, Saúde e Assistência Social – SESAS, tendo se estruturado em torno da atuação dos conselheiros da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – COTESPHAN marcada pela atuação de profissionais com formação nas áreas de História e Geografia e Antropologia e poucos em Arquitetura. Nesta fase ocorreram os primeiros tombamentos de bens isolados, além de paisagens naturais. Essas afirmações presentes no

³FLORIANÓPOLIS, Decreto Municipal n. 1.202, de 2 de abril de 1974.

trabalho do autor podem ser percebidas na análise das legislações municipais da época e processos de tombamentos levantados nesta pesquisa.

O trabalho de Richter (2009) aproxima-se do artigo de Andréa Ferreira Delgado (2008) em que delinea a trajetória de constituição do campo do patrimônio no Brasil, analisando as práticas discursivas do órgão federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ambos os autores dividiram a história das instituições – SEPHAM e IPHAN, respectivamente – em períodos de acordo com suas produções discursivas. Esses trabalhos contribuíram para esta pesquisa que pretendeu abordar as relações que o campo do Patrimônio Municipal estabeleceu com o nacional.

Pretendo seguir esse caminho ao elaborar esse trabalho, investigando os autores que contribuíram para construção da “açorianidade” como identidade cultural e como ela se transformou em uma categoria no campo do patrimônio de Florianópolis. Também pretendo refletir sobre os autores que analisam criticamente a construção da açorianidade.

No campo historiográfico, a categoria “açorianidade” se insere enquanto construção histórica, ou seja, é uma categoria construída com lugar e tempo determinado, e como parte de um processo histórico. Para analisá-la, é necessário investigar alguns trabalhos, como o de Oswaldo Rodrigues Cabral, figura de destaque no 1º Congresso de História de Santa Catarina, que segundo Maria Bernadete Ramos Flores (1991) tinha por objetivo “resgatar o importantíssimo papel do açoriano na colonização de Santa Catarina”.

Outra categoria incluída nacional e internacionalmente no campo discursivo do patrimônio e o turismo que se torna uma “categoria fundamental para compreensão atual das instituições gestoras do patrimônio”. (DELGADO, 2008, p. 105), e que, em Florianópolis, permeia todas as ações municipais em relação ao patrimônio desde o ano de 1974. Porém, na perspectiva deste trabalho, além de considerar o turismo enquanto categoria do campo do patrimônio ele também se insere enquanto campo discursivo repleto de peculiaridades.

Retomando a questão da “açorianidade”, recuperei o texto de Durval Albuquerque Júnior (2007) quando trata da questão levantada por Foucault, de como “os objetos vem a tona, como são dados a nós como a-históricos e naturais se foram construídos pela própria historiografia” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 160), ou seja, esse possível aspecto “natural” de “açorianidade” foi trazido a tona pelos próprios embates historiográficos e está presente em diversos discursos constituindo uma trama a ser investigada.

O termo “açorianidade”, na perspectiva deste trabalho, refere-se a “uma unidade cultural, fundada numa ascendência comum” (FLORES, 1991, p. 118) - a açoriana.

Compreendida, portanto, como uma construção de determinada identidade cultural para a cidade de Florianópolis e para o litoral catarinense. Segundo os sujeitos que contribuem para esta construção, a “origem” desta identidade cultural se deu com o povoamento açoriano em 1748, época em que cerca de 4.000 casais provenientes do Arquipélago dos Açores, chegaram a Ilha de Santa Catarina e litoral catarinense (OLIVEIRA, 2003), trazendo uma série de práticas e costumes que são, segundo estes sujeitos, “resultantes culturais” e caracterizam a população e arquitetura de algumas regiões da atual Florianópolis e litoral catarinense. No campo do patrimônio, essas “resultantes culturais” ou, mais especificamente a “arquitetura açoriana” são tombadas e enfatizadas nos discursos do campo do turismo com objetivo de atribuir visibilidade a determinados aspectos da cidade.

Vale ressaltar que o conceito de campo (BOURDIEU, 1983) é aquele trazido por Pierre Bourdieu, destacando neste trabalho que os campos analisados possuem certo grau de autonomia e heteronomia. Interessa-nos o aspecto em que os agentes e intelectuais, presente nos campos do patrimônio, da História e do Turismo atuam na construção simbólica de categorias que forjam um passado comum.

Para a discussão desse conjunto de questões, o trabalho será dividido em três capítulos: o primeiro, como demonstra o título, *A inserção do Ribeirão no campo do patrimônio cultural de Florianópolis*, trata como eixo articulador a apropriação da categoria açorianidade enquanto justificativa para os tombamentos e proteções culturais no município, em especial o Ribeirão da Ilha, compreendido como um “lugar de memória”. Para isso analisarei alguns textos produzidos pelo Instituto de Planejamento Urbano do Município de Florianópolis - IPUF, como: - relação dos bens tombados do município de Florianópolis, inventário dos bens tombados do município de Florianópolis, e ainda o trabalho de graduação de Eliane Veras da Veiga (1986) intitulado, “Ribeirão da Ilha: patrimônio histórico e arquitetônico”, que foi utilizado como justificativa do IPUF para salvaguarda legal do distrito, além de alguns discursos produzidos por intelectuais vinculados a outras instituições, a exemplo as obras de Nereu do Vale Pereira (1991).

O segundo capítulo, *Os entrelaces entre Turismo, História e Patrimônio na resignificação do Ribeirão da Ilha*, busca compreender como os discursos do campo do patrimônio entrecruzados com o da História e do turismo acabam atribuindo visibilidade a determinados aspectos da cidade, fazendo o que Pollak (1989) chama de “enquadramento da memória”, onde “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.” (POLLAK, 1989, p. 10). Esse segundo capítulo abordará o processo de

turistificação do Ribeirão da Ilha, compreendendo como o discurso municipal estava em consonância com o discurso nacional para o turismo. As séries documentais selecionadas para investigação da trama do capítulo são variadas e necessitam de metodologias de análise específicas.

A utilização de uma narrativa visual possibilita uma maior compreensão do leitor. A maior parte das figuras utilizadas ao longo do trabalho são de minha autoria, produzidas durante a pesquisa de campo.

Partindo da ideia de renovação documental, os Jornais são importantes fontes para conhecimento histórico. Nesta pesquisa foram utilizados os Jornais do período de 1984-2010, que se ressalta a questão da sazonalidade dos discursos jornalísticos, como importante elemento para compreender a inserção do Distrito como um destino turístico para o verão.

O folder turístico é um importante instrumento utilizado pelo campo do turismo para materializar o seu discurso, além deles os de sítios da internet foram objetos de interpretação desse capítulo.

Totalmente relacionado ao capítulo posterior, esse capítulo tem por objetivo compreender como ocorreu o processo de ressignificação do Ribeirão da Ilha e que ele não se deu apenas com recursos de exaltação do passado, mas também pela utilização de elementos discursivos desenvolvimentistas e progressistas.

O terceiro capítulo, *Ribeirão da Ilha: “as muletas da memória” e a “invenção do lugar”*, analisa os elementos utilizados pelos restaurantes num trabalho de enquadramento da memória e invenção do lugar. Neste sentido, analiso o movimento intencional de colocação de certos objetos os quais chamei de “muletas da memória”, para criação de um cenário ficcional para o turista/visitante. Assim, reflete-se sobre como os proprietários dos estabelecimentos turísticos apropriam-se de certos elementos do passado e do presente como atrativos turísticos. Apesar de a pesquisa ter se estendido a outros campos, priorizou-se os restaurantes por estarem presentes nas demais fontes do turismo, como os folders e o site visitado. Eles são importantes empreendimentos do turismo.

Neste terceiro capítulo, utilizei a narrativa visual, com fotografias produzidas na pesquisa de campo realizada no Ribeirão da Ilha nos anos de 2012 e 2013. O trabalho de campo possibilitou relacionar as fontes escritas com o espaço, a forma como os discursos se materializavam nos objetos, permitindo uma análise sobre as categorias selecionadas.

A pesquisa etnográfica produziu uma série documental bastante vasta, além das fotografias que compõe parte da narrativa visual deste trabalho, possibilitou a compreensão

das categorias imersas no campo. A investigação permitiu uma interação entre o pesquisador e os objetos que estavam sendo investigados, os locais visitados, os clientes, os funcionários e proprietários, a decoração, os pratos servidos nos dias da visita. A pesquisa relacionou o campo com as demais fontes estudadas.

Cabe ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de elucidar o tema, pelo contrário, pretende abrir caminho para uma pesquisa maior a partir dos resultados obtidos até o momento. O Ribeirão da Ilha é um campo repleto de objetos para a pesquisa em História.

Capítulo 1- A inserção do Ribeirão da Ilha no campo do Patrimônio cultural de Florianópolis

A Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, localizada no Distrito do Ribeirão da Ilha (FIGURA 1), foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico do Município, com outras igrejas construídas no século XVIII, por meio do Decreto Municipal 1341 de 17 de dezembro de 1975. Esse episódio deu início à inserção do Distrito como parte do Patrimônio Cultural do município.



FIGURA 1 – Localização do Distrito do Ribeirão da Ilha: Fonte: Disponível em www.geo.pmf.sc.gov.br, acesso em novembro de 2014.

No município de Florianópolis a proteção ao Patrimônio Cultural pode ser realizada, por dois instrumentos complementares: o Decreto de Tombamento, instrumento assinado pelo chefe do executivo, resultado de um processo administrativo de tombamento e também,

através da Legislação Urbana, Os Planos Diretores de Uso e Ocupação do Solo que estabeleceram as APC's⁴.

Ao analisarmos este primeiro ato oficial de patrimonialização do Distrito do Ribeirão da Ilha, o Decreto Municipal 1341/1975, parece-nos que houve um consenso entre as instituições e agentes responsáveis pela gestão do patrimônio, quanto ao caráter “histórico” e “artístico” desse bem a ser tombado. Na figura 2, abaixo a Igreja Nossa Senhora da Lapa.



FIGURA 2: Fachada da Igreja Nossa Senhora da Lapa: Fonte: www.googleearth.com.br, imagem setembro de 2013.

Atualmente, a Igreja passa por algumas interferências do poder público local em relação a sua conservação, o que demonstra que o “enquadramento da memória” no Distrito do Ribeirão da Ilha é um processo constante. Segundo notícia publicada no site do Jornal Notícias do Dia, em 27 de outubro de 2013⁵, a arquiteta responsável pela obra chama-se Mariana Nunes Elias, ao falar do restauro, afirma:

As obras de restauro da igreja que foi tombada pelo município em 1985⁶ e pelo Estado em 1998 começaram em 2009. A primeira etapa, finalizada em 2010, contemplou a parte emergencial como a restauração da cobertura, do forro e das

⁴A Áreas de Proteção Cultural – APC é delimitada em plantas urbanas, elaboradas pelo IPUF, que definem as normas de uso e manejo do solo.

⁵Disponível em <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/115006-para-manter-a-originalidade.html>, acesso em Out. 2013

⁶Ocorreu um erro na notícia, a Igreja como vimos neste capítulo foi tombada em 17 de dezembro de 1975 através do Decreto Municipal n. 1341.

esquadrias. Já na segunda fase, realizada em 2011 e 2012, restaurou-se o coro da igreja, as torres, as escadas e a vala de captação da drenagem em todo o ambiente. A última etapa, com prazo de conclusão para o ano que vem, contempla os trabalhos necessários para a devolução do monumento à comunidade (NOTÍCIAS DO DIA, out./2013).

Nota-se que, atualmente, ainda há interferências em relação aos bens tombados no município de Florianópolis. Tratados como monumentos, esses bens passam por constantes reformas patrocinadas pelo Estado, muitas vezes em parceria com as Universidades e entidades privadas. Segundo a notícia, busca-se, com o restauro, “manter a originalidade”. Vale questionar se, depois de tantas interferências e de tanto tempo, mantêm-se a “originalidade”. Qual seria a originalidade agenciada por esse discurso? Ao exaltarem uma originalidade, pretende-se naturalizar, buscar um “marco inicial”, porém não é possível “recriar”. Apesar desse trabalho incansável em criar cenários, essas categorias estão presentes no campo do Patrimônio nas linhas mais tradicionais.

Em sua dissertação de mestrado, a arquiteta Ruth Cristina Sanabria Dendia (2008), *Igrejas tombadas do século XVIII em Florianópolis: Aspectos históricos, construtivos e diagnósticos de problemas patológicos nas fachadas* menciona algumas das restaurações que as Igrejas tombadas sofreram desde o século XVIII, relevante considerar as justificativas de tombamento analisadas nesta pesquisa que demonstram que a Igreja e o IPHAN solicitaram o tombamento das Igrejas oitocentistas junto ao poder público municipal, o que permitiu que ao longo do tempo as Igrejas recebessem algumas reformas realizadas pela Prefeitura e em parceria com outras instituições.

Interessante perceber, que, em algumas datas específicas, esses bens ganhavam evidência no campo do Patrimônio municipal, em outros momentos, ficaram esquecidos, denotando que o processo de reconhecimento de alguns bens como Patrimônio Cultural está relacionado a interesses, intenções e condições específicas e não são atribuições isoladas do momento histórico de sua consagração.

Retomando o primeiro ato oficial, o tombamento das Igrejas em 1975⁷, observa-se que não revelou, por si só, as relações de poder que envolveram a escolha de um determinado bem, assim como sua inserção no campo discursivo do patrimônio. É preciso levar em conta

⁷As Igrejas tombadas foram, no centro histórico de Florianópolis, a Igreja Nossa Senhora do Desterro (Catedral Metropolitana de Florianópolis), localizada em frente a praça XV de Novembro, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na Rua Santos Dumont; e a Capela do Menino Deus, no Conjunto do Hospital de Caridade. No distrito de Santo Antônio de Lisboa será analisada a Igreja Nossa Senhora das Necessidades. No sul da ilha, na localidade do Ribeirão da Ilha, será estudada a Igreja Nossa Senhora da Lapa. Também serão analisadas as igrejas Nossa Senhora da Conceição, na Lagoa da Conceição, e a Capela de São João Batista, na localidade do Rio Vermelho.

que esse discurso nos chegou “condicionado pela instituição que o criou” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 239).

Levando em conta sua temporalidade e conjuntura, percebemos que a década de 1970, em Florianópolis, foi marcada pela “institucionalização de um lugar de fala” (SANTOS, 1996, p. 77), ou seja, o órgão municipal responsável pelo Patrimônio estava se consolidando enquanto lugar legítimo para nomear e classificar o que seria o Patrimônio Municipal.

Outros aspectos bastante relevantes desse primeiro ato revelam os conflitos e disputas do campo do Patrimônio Municipal. No entanto, para que esse discurso ganhe sentido para análise e crítica historiográfica é preciso que seja inserido em uma série de outros discursos. Constitui-se como trama a ser delineada neste capítulo, parte de uma série documental que envolvem e inserem o Ribeirão da Ilha no campo discursivo do Patrimônio.

Para análise desses discursos é preciso ter conhecimento de quais categorias serão analisadas, pois identificá-las auxiliará na compreensão dos elementos argumentativos e legitimadores dos discursos a serem apresentados.

O poder público local apropriou-se de um conjunto de práticas sociais estabelecidas pelo IPHAN. Seguindo o discurso nacional, o instituto do tombamento sucedia uma justificativa histórica baseada em uma narrativa histórica legítima. No tombamento das Igrejas oitocentistas, por exemplo, o SEPHAM realizou uma breve pesquisa histórica sobre a Igreja, utilizando uma bibliografia específica e em pesquisa em arquivos de outras instituições. Elaborou uma justificativa de tombamento, reafirmando as práticas estabelecidas⁸ pelo IPHAN e estabelecendo um regime de verdades sobre o lugar.

As bibliografias utilizadas como referências na justificativa foram *Notas para a História de Santa Catarina* de 1912, do historiador Lucas Boiteux; *A Ilha* de 1900 do memorialista Virgílio Varzea; *História de Santa Catarina* de 1970 do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, além de citar um documento do Vigário Padre Francisco Pedro da Cunha, de 4 de fevereiro de 1860, disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Em relação ao campo historiográfico a historiadora Cristina Scheibe Wolff, propôs uma classificação de três grupos principais a partir da delimitação dos “objetos de estudo e de sua abordagem teórico-metodológica: abordagens estadual tradicional, local tradicional e temática para a historiografia catarinense” (WOLFF, 1994, p. 52). Seguindo a lógica estabelecida pela autora, percebemos que, na justificativa acima mencionada, as obras

⁸ O Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do Patrimônio Histórico e artístico nacional, trazendo uma série de diretrizes sobre como deveriam ser tombados os bens, procedimentos e atos. Além de conceituar os bens, institucionalizando categorias.

utilizadas como referência poderiam demonstrar o tipo de concepção historiográfica que os autores e a própria instituição estavam revelando ao selecionar esse tipo de bibliografia, utilizando o esquema elaborado por Peter Burke⁹, no qual o autor contrapõe a *história tradicional* da *nova história*, Wolff (1994) escreve:

O paradigma tradicional da história privilegia a utilização de registros oficiais, emanados do Estado e guardados em arquivos, negligenciando a utilização de outros tipos de evidência aos quais a nova história tem recorrido com frequência, como a história oral, as fontes iconográficas, acervos particulares etc., que muitas vezes permitem ao historiador uma visão menos centrada nas ações do Estado e das elites (WOLF, 1992, p. 52).

Neste sentido, conforme análise da bibliografia, podemos supor que há uma apropriação de uma historiografia que se restringe a fontes oficiais, oriundas do Estado, ou instituições estaduais legitimadas pelo poder público, conforme trata Wolff (1994) ao falar da história tradicional. Isso pode ser percebido não só na bibliografia utilizada, mas nos arquivos pesquisados pelos agentes. Segundo a classificação de Wolff (1994), o autor Oswaldo Rodrigues Cabral, que teve a bibliografia utilizada na justificativa, está inserido no grupo de autores de *abordagem tradicional*, uma História baseada em fatos políticos e a “grandes homens”, privilegiando eventos e uma versão dos fatos de determinado grupo. Além disso, as fontes utilizadas pelos autores desse tipo de abordagem historiográfica, segundo a autora, são sempre oficiais e escritas (WOLFF, 1994). A justificativa também utilizou como referência o historiador Lucas Boiteux. Numa abordagem tradicional, a obra utilizada visa tratar de uma História total para o Estado, limitando-se a abordar os heróis e feitos cívicos e dedicando inúmeras páginas à apresentação de imagens de militares.

Janice Gonçalves (2006) aponta os problemas relacionados ao “reducionismo” de se tentar “classificar” os autores e suas abordagens históricas, classificadas como tradicionais e não tradicionais. Essa classificação muitas vezes silencia os embates e disputas que ocorrem dentro do próprio campo historiográfico.

Retomando o tombamento da Igreja Nossa Senhora da Lapa, uma questão bastante relevante é que ele ocorreu no ano de 1975, mesmo ano de criação do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, quando muitos dos estudos “recentes”, ou dos “novos historiadores” revelados nos artigos de Wolff (1994), não havia surgido, o que pode demonstrar que a justificativa de tombamento deve ser interpretada de acordo com especificidades do seu tempo. O conhecimento histórico produzido, ao alcance dos agentes era aquele proveniente do grupo de historiadores locais, membros do Instituto Histórico e

⁹BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7-37.

Geográfico de Santa Catarina. Parte deles criou o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Contudo, há que se levar em conta que o resultado dessa justificativa, ou seja, o discurso aqui analisado estava limitado às produções historiográficas de seu tempo. O que se revela é que ele faz parte do resultado de embates historiográficos que ocorreram dentro dos “lugares de fala” legítimos para construir o conhecimento histórico do Estado e da cidade. Mas, esses lugares também estavam se institucionalizando e buscando coesão do grupo.

Percebe-se na análise da justificativa realizada pelo IPUF que o “histórico” foi elaborado com muitas referências ao livro de Sara Regina Silveira de Souza¹⁰, cuja obra ressalta a importância da arquitetura lusitana na Ilha de Santa Catarina. Constitutivo do trabalho de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989), a obra utilizada como referência foi orientada pelo seu tio, o já mencionado Oswaldo Rodrigues Cabral, reafirmando a perspectiva tradicional da História. Além de ter a obra citada ao longo da justificativa, a autora, segundo consta na capa do processo de tombamento 02/1975, foi também relatora do processo.

Os interessados pelos tombamentos das igrejas foram o IPHAN e a Irmandade do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Necessidades¹¹. A presença do IPHAN, como interessado no tombamento, demonstra como a política e gestão do Patrimônio Municipal estava agindo em consonância com a União. Betina Adams (2002) aduz que “o município de Florianópolis, em resposta às novas políticas federais, promulgou sua legislação de preservação. O ano de 1974 é um marco na sua política de preservação [...] (ADAMS, 2002, p. 42)”.

Neste sentido, a afirmação de Adams (2002), concorda com o que Fonseca (1997) menciona sobre o IPHAN. Segundo a autora, na década de 1970, a instituição estava passando por sua fase “moderna”, assumindo um papel de “negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores e conciliar interesses” (FONSECA, 1997, p. 160).

A presença da Igreja como interessada e logo ouvida e acatada, pode revelar as relações de poder que as instituições, governo e Igreja Católica mantinham na época do processo de tombamento, se considerarmos que o peso de um pedido de uma instituição legítima, além do papel que Igreja possuía à época do pedido. Além disso, o ato de tombamento de bens isolados¹² vai de encontro ao que, durante muito tempo, foi a perspectiva

¹⁰SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: Séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: FCC Edições, 1981.

¹¹ Qual pessoa pode propor um tombamento desde que respeite o que dispõe a legislação municipal.

¹² No período de 1937 à 1969, o IPHAN priorizou o tombamento dos considerados “monumentos de pedra e cal”, os bens isolados que correspondiam àquelas categorias presentes no decreto 25/1937.

do que era “patrimônio histórico e artístico”, justificados pela “evocação” ao passado, por terem sido palco de eventos marcantes, obras excepcionais, ou demonstrarem o poder hegemônico de algumas instituições no “passado” e no presente (época do tombamento e ressonância a população), tal como o da Igreja Nossa Senhora da Lapa, por serem mencionadas em documentos e narrativas de historiadores (FONSECA, 2000, p.57).

1.1. O Ribeirão da Ilha e o processo de patrimonialização: a atuação de um “guardião da memória”

Na obra Ribeirão da Ilha vida e retratos: um Distrito em destaque, o professor Nereu do Vale Pereira traz alguns documentos oficiais¹³ que revelam um diálogo entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o poder executivo municipal. A fim de construir um regime de verdades sobre o Ribeirão da Ilha, esse trabalho engenhoso entre os interlocutores/mediadores considerados como legítimos, demonstram aspectos do processo de enquadramento da memória que ocorreu no Distrito do Ribeirão da Ilha.

Um trecho do ofício n./SCL/073/72, datado de 29 de junho de 1972, apresenta que o professor, chefe do departamento de sociologia da UFSC, “solicita” a restauração do calçamento a pedras da freguesia do Ribeirão da Ilha que fora alterado com os reparos realizados pela Prefeitura. Utilizando a narrativa histórica como justificativa aduz “que fora construída para a recepção de Dom Pedro II em 1845 (PEREIRA, 1990, p. 38)”.

Para o presidente da Câmara de Vereadores, Valdemar Joaquim da Silva Filho, o professor Nereu do Vale Pereira, através do ofício n. SCL/221/72, de 17 de agosto de 1972, fundamenta-se em programa desenvolvido no Departamento de Sociologia da UFSC, de “assistência ao desenvolvimento de comunidades interioranas do Município de Florianópolis, tendo dado início no projeto junto a Freguesia do Ribeirão da Ilha (PEREIRA, 1990, p. 44-45). Neste ofício solicita verbas para a Sociedade Pró-Desenvolvimento do Ribeirão da Ilha - SADRI. Em 23 de abril de 1974, Pereira (1990, p. 39), solicita mais uma vez reparos na estrada, e ainda obras de infraestrutura como lombadas, por meio de ofício direcionado ao então prefeito Milton Severo da Costa. Outro ofício, que também compõe a obra de Pereira

¹³É interessante questionar as intenções do autor em colocar em sua obra, esses ofícios. Pode-se inferir que havia um interesse em legitimar-se enquanto um defensor do Distrito e de suas “tradições”, como um “guardião da memória”. Tratarei mais sobre o autor no capítulo três.

(1990), ofício 000351 de 31 de março de 1977 (PEREIRA, 1990, p. 45), cujo remetente era o prefeito Esperidião Amin Helou Filho, traz categorias bastante interessantes para esta pesquisa. Merece ser analisado com minúcia, pois revela a perspectiva do poder público municipal em relação ao Ribeirão da Ilha. No trecho:

A freguesia do Ribeirão da Ilha é visitada e apreciada por muitas pessoas que vêm de fora porque é bonita e agradável aos olhos, em função de suas CASAS ANTIGAS, e bem cuidadas.

Agora por exemplo, o Governo do Estado vem restaurando a Igreja Nossa Senhora da Lapa para deixá-la em sua forma tradicional, e a nossa Prefeitura reinstalou o Museu do Ribeirão e implantou o Centro Social Comunitário.

O dia em que o Ribeirão da Ilha não tiver mais CASAS antigas e bonitas, ninguém mais estará visitando.

Conservar o Ribeirão e suas casas típicas deve ser preocupação de todo o verdadeiro ribeironense.

Para conservar sua casa no estilo original, procure a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura, através do Centro Social do Ribeirão.

Teremos o prazer em oferecer a orientação necessária à defesa das nossas tradições.

Não alterem suas casas antes de nos consultar! É do seu e do nosso interesse; povo do Ribeirão, seus filhos e todos os florianopolitanos ganharão com isso (PEREIRA, 1990, p. 46).

O discurso do executivo municipal da época, se colocado em relação aos demais discursos analisados nesse capítulo, demonstram que o Ribeirão da Ilha estava sendo ressignificado, por meio de alguns elementos. Através dessas intervenções junto ao Centro Comunitário, a Prefeitura dirigia-se aos habitantes do Ribeirão, especificamente da freguesia, para que conservassem aquilo que atraía as pessoas de “fora”.

Anteriormente ao discurso acima, em 1974, ocorreu a primeira ação municipal relacionada à proteção do Patrimônio Municipal e o início da atuação da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – COTESPHAN, primeira entidade vinculada ao governo do município a se ocupar especificamente do patrimônio cultural.

A Lei 1.202 de 2 de abril de 1974, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural e cria o órgão responsável pelo Patrimônio, primeiro ato legal do Município. Já em seu primeiro parágrafo demonstra a concepção do governo municipal em relação ao patrimônio.

Art. 1º - Constituem patrimônio histórico e artístico do Município de Florianópolis, os **bens móveis e imóveis** existentes no seu território, **cujas conservação seja de interesses público**, quer **por sua vinculação a fatos históricos notáveis**, quer por seu **valor cultural a qualquer título** (grifo meu). (FLORIANOPOLIS, Decreto Municipal nº 1.341, 17 de dezembro de 1975).

O governo municipal aproximou-se da perspectiva do órgão federal, IPHAN, em seu primeiro ato legal ao privilegiar os bens móveis e imóveis, que tivessem vínculo a “fatos históricos notáveis”, categoria presente na rede discursiva do patrimônio desde o início das atuações do órgão federal, reforçando uma política nacional em que a proteção do patrimônio acabava se restringindo ao tombamento de monumentos e de conjuntos arquitetônicos de “valor histórico” e artístico. Conforme podemos verificar no artigo 1º do Decreto Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937,

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto **dos bens móveis e imóveis** existentes no país e **cujas conservação seja de interesse público**, quer por sua **vinculação a fatos memoráveis da história** do Brasil, quer **por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico**. (BRASIL, Decreto Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937)

Se compararmos os dois decretos acima percebemos que as categorias grifadas são semelhantes, o que demonstra a relação direta entre a formação discursiva do campo do Patrimônio municipal e do campo do Patrimônio nacional.

Neste sentido, o que ocorre após o decreto municipal 1.202/1974 ser sancionado é a valorização de bens representativos da História Oficial e da memória de determinados grupos, em sua maioria de propriedade do Estado ou da Igreja Católica. Essa é uma característica do que se chama de primeira fase, ou “fase heroica” do IPHAN, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, onde as categorias simbólicas eram construídas a partir de uma História Oficial e perdurou durante muito tempo.

No caso de Florianópolis órgão municipal responsável pelo patrimônio, denominado SEPHAM, criado em 1974, passou por fases, de acordo com os sujeitos que atuavam dentro da instituição. O órgão municipal estava marcado pela atuação de profissionais com formação nas áreas de História e Geografia e Antropologia e poucos em Arquitetura. Na fase inicial, de 1974 a 1980, ocorreram os primeiros tombamentos de bens isolados, além de paisagens naturais. Essas afirmações, presentes no trabalho de Fábio Richter (2009), podem ser percebidas na análise das legislações municipais da época e processos de tombamentos levantados nesta pesquisa.

Na fase que teve início no ano de 1984, o SEPHAM já estava vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF. O setor passou a contar com a atuação de profissionais, sobretudo da área de Arquitetura e Urbanismo. As ações no campo do Patrimônio Municipal aumentaram significativamente, nesse período, iniciando-se o tombamento de conjuntos urbanos, em vez de edificações isoladas, sobretudo na área central da cidade. O que já estava ocorrendo nacionalmente desde 1969.

Em 1985, através do Plano Diretor dos Balneários¹⁴, o Distrito do Ribeirão da Ilha foi declarado “Área Especial de Interesse Turístico” (IPUF, 1985). O conjunto urbano, protegido por legislação municipal, foi considerado Área de Proteção Cultural – APC, e os imóveis pertencentes ao conjunto urbano foram classificados de acordo com o “interesse histórico”.

Essa legislação se fundamentou em uma série de estudos elaborados pelo órgão municipal responsável pelo planejamento urbano (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF), e foram utilizados como justificativa para a salvaguarda desse conjunto. O Ribeirão da Ilha passa a ser inscrito na rede discursiva do patrimônio, à medida que certas categorias foram lhe sendo atribuídas na intenção de garantir-lhe visibilidade turística, o que pode ser notado na própria classificação como “Área Especial de Interesse Turístico”.

O conjunto urbano tombado no Ribeirão da Ilha considerado Área de Preservação Cultural – APC em 1985, foi de fato apenas a parte da área chamada de Freguesia, que vai do atual Centro Comunitário até um pouco depois da Igreja, o que pode ser notado no mapa utilizado para delimitar a área (ANEXO 1). O legislativo municipal fundamentou-se em estudo elaborado pela arquiteta e funcionária pública municipal Eliane Veras da Veiga (1983) intitulado “*Ribeirão da Ilha: Patrimônio histórico e arquitetônico*”, elaborado em parceria com Maria de Fátima Teixeira e Joel Pacheco, como trabalho de graduação do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de “inventariar” e “cadastrar” o acervo histórico arquitetônico, de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (PACHECO; TEIXEIRA; VEIGA, 1983, p. 3). Porém, conforme explicitado no próprio estudo, o objetivo maior era propor aos setores públicos a preservação e conscientização da comunidade local. A inscrição do Ribeirão na rede discursiva do patrimônio se dá justamente nesse enquadramento de referências que justificam sua preservação e lhe transformam em um “ponto referência” que “estrutura nossa memória”.

O estudo tem cerca de 170 (cento e setenta) páginas e envolve conhecimentos do campo da Arquitetura e urbanismo, assim como da Geografia e da História. Configura-se como importante fonte para compreender como os intelectuais atuantes no campo do Patrimônio Municipal pensavam a cidade e formulavam um discurso para ela, tal como percebeu Mariza Veloso Motta Santos (1996) no IPHAN, já que a formação discursiva que vai sendo construída no tempo é capaz de tornar-se uma “memória coletiva” no sentido atribuído por Maurice Halbwachs (2006)

¹⁴A Lei 2193 de 03 de janeiro de 1985 dispõe sobre o uso e a ocupação do solo dos balneários de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico. Há a proteção dos núcleos urbanos do interior da Ilha.

Já no início do estudo, os autores agradecem aos financiadores e a algumas pessoas que contribuíram para a sua realização. É interessante notar que o trabalho acadêmico recebeu apoio material e financeiro de diversos setores da Prefeitura municipal, sobretudo do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, do Gabinete de Planejamento e coordenação Geral – GEPLAN, da Fundação Catarinense de Cultura e da Secretaria da Educação Municipal (VEIGA et al., 1983, p. 1). Nota-se, desse modo, as instituições que tinham interesse em inserir o Ribeirão da Ilha no campo discursivo do patrimônio. Para essa inserção foi necessária a elaboração de uma série de discursos que configuram as estratégias de “enquadramento da memória” que se estava propondo para o município. Essas instituições eram dotadas do poder de significar as coisas criando “lugares de memória”. O lugar, além de servir como “ponto de referência” (POLLAK, 1989) para o passado, revela a disputa em torno da própria memória, uma memória que “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.” (POLLAK, 1989, p. 3). Ou seja, é uma forma de manter a coesão dos grupos.

Os “lugares de memórias”, analisados por Pierre Nora (1985), e que são identificados nesta pesquisa, são o que o próprio Pollak (1989) chama de “pontos de referencia” que estruturam nossa memória e são utilizados no campo do patrimônio como lugares capazes de evocar o passado, além de despertarem sentimentos de pertencimento.

Para esse enquadramento uma série de estratégias são desenvolvidas, na intenção de garantir legitimidade ao discurso. A capacidade argumentativa de criar categorias que exprimem as concepções em relação a determinados termos aparecem ao longo do estudo, mas logo na apresentação podemos perceber a ressignificação de algumas delas tendo como “eixo articulador” a categoria patrimônio.

O trecho, “manter os elos com os registros deixados pelos nossos antepassados, garantindo a compreensão do presente, é uma tarefa de grande importância e foi este o pensamento que norteou nosso trabalho. (VEIGA et al., 1983, p. 2)” indica que os autores, quando dizem, “manter os elos com os registros deixados pelos nossos antepassados” estão demonstrando a concepção de patrimônio que possuem, bem como a autoridade de “guardiões” de uma memória que se pretende manter para a cidade. Além disso, dizem, em outras palavras, que para compreensão do presente precisam manter esses registros do passado, o que demonstra o significado que atribuem ao passado, como algo estático que pode ser registrado e mantido, evocado através dessas paredes.

Em outro parágrafo, os autores manifestam um conceito de patrimônio que vinha sendo discutido e vai ser consolidado no Brasil nos anos seguintes a esse estudo, quando dizem que o estudo proposto pretende um “início de conscientização comunitária” (VEIGA et. al, 1983, p. 2). Assim, reforçam a ideia de que através da nomeação de bens poderia se conscientizar a população, que o patrimônio estava também associado à identidade e ao desenvolvimento. Podemos perceber, também, como os autores se institucionalizam como “guardiões da memória” capazes de criar uma memória coletiva. Além disso, reforçam a ideia de unidade, de antepassados comuns, desconsiderando qualquer outro grupo étnico, inventando uma identidade para a população.

A apresentação segue manifestando a intenção de construir uma “memória coletiva” utilizando o “lugar de memória” na acepção de Pierre Nora (1985), como algo capaz de manter a coesão dessa memória. Porém, não parece clara aos autores essa intenção, pois o trabalho de “enquadramento da memória” é tão sofisticado que muitas vezes seus autores não o percebem. Neste sentido, o Ribeirão da Ilha ganha o status de símbolo da memória coletiva, o ponto de referência onde o passado está “solidificado” nas paredes das casas de “porta e janela”, nas ruínas dos sobrados, ou na Igreja e adjacências. Os autores, ainda na apresentação, demonstram o interesse de que a comunidade reconheça que o Ribeirão precisava ser preservado. No trecho “melhores condições para que esta comunidade conviva com este enorme patrimônio, apresente-o ao povo como herança de suas tradições e o defenda como grande marco de colonização açoriana em Santa Catarina. (VEIGA et. al, 1983, p. 2)” percebe-se a intenção de se forjar uma “memória coletiva” em torno do Ribeirão da Ilha. Assim, o campo discursivo do patrimônio precisava ser legitimado. Por meio da escuta dos moradores, era necessário encontrar ressonância na população local, despertar o sentimento de pertencimento e de união de grupo. De acordo com o texto, a população, precisava sentir-se parte dessa memória, para que o trabalho de enquadramento tivesse êxito.

Segundo os autores, em um dos trechos do estudo, os moradores tinham por dever, “apresentar ao povo” essa ressignificação do Ribeirão, ou seja, além de reconhecer essas categorias como legítimas, os moradores precisavam reafirmá-las para os demais. Provavelmente o discurso estava se referindo aos turistas, ou até mesmo aos moradores das demais localidades da cidade, pois, no trabalho de “enquadramento da memória”, é preciso que o grupo se diferencie em relação aos demais.

Na apresentação do estudo, é possível perceber o trabalho de “enquadramento da memória” que estava sendo operado por diferentes agentes: além desses autores, serem

peessoas autorizadas para falar, por meio do discurso acadêmico, legitimado pela universidade, , estavam respaldados pelas instituições municipais. Assim, os discursos produzidos são organizados em torno de um material oferecido por uma História Oficial, pois os bens por eles inventariados são selecionados por testemunharem justamente esta História, aquela que, no caso de Florianópolis, diz da “colonização açoriana” e se entrelaçam com a história colonial. Isso pode ser percebido, nas últimas linhas, quando dizem que a comunidade local deverá apresentar “ao povo como herança de suas tradições e o defenda como grande marco de colonização açoriana em Santa Catarina” (VEIGA, 1983, p.2), o Ribeirão passa então a se configurar como o símbolo dessa colonização. O final desta frase “[...] marco da colonização açoriana em Santa Catarina” ressalta a presença de uma determinada etnia e desconsidera outras.

Os autores apresentam alguns conceitos, como o de “sítio histórico”, com a seguinte definição: “são os locais de fixação humana no passado, que conservam até os dias atuais, edificações típicas da sua época, pelo que consistem documentos vivos da história e cultura regionais (VEIGA et al., 1983, p. 3)”. Neste trecho percebemos a perspectiva histórica dos autores, cabendo ressaltar o lugar de onde eles falam. No momento da pesquisa, eram acadêmicos do curso de arquitetura e urbanismo e estavam no início da graduação. Assim, os conceitos¹⁵ que trazem para o estudo em questão são produzidos dentro deste campo do conhecimento. Apesar de manifestarem a apropriação do material produzido pela história oficial, não trazem discussões feitas dentro da própria historiografia na mesma época do estudo. Para os autores, esse pensamento era também compartilhado no campo do patrimônio da época, pois os bens a serem tombados eram testemunhos vivos do passado, compreendido como estático, conservado nas paredes, na arquitetura das edificações. A arquitetura era vista como algo que refletia a cultura da população. Assim, era incontestável seu valor histórico. Porém, o que fazem os autores não é descobrir esse valor, e sim instituir esses valores. Nas palavras das mesmas isso pode ser percebido, quando afirmam que “a simples consciência do valor cultural deste sítio não nos basta” (VEIGA et al., 1983, p. 3), o que pretendem os autores é instituir um regime de verdades que garanta a preservação do que classificaram como bens a serem preservados.

O estudo não representava a concepção de patrimônio da época, realizada em âmbito nacional. No caso de Florianópolis havia certa contramão do que estava sendo discutido, pois o tipo de tombamento que se estava propondo indicava um acatamento de conceitos presentes

¹⁵Sabemos que muitas vezes num mesmo campo do conhecimento os conceitos se conflitam e entra em jogo as relações de poder discursivo.

no IPHAN, há 60 anos. Isso, de fato, não pode ser tomado como um retrocesso, muito pelo contrário, demonstra mais uma vez a tentativa de institucionalização. Assim como Mariza Veloso Motta Santos (1996) percebeu no IPHAN, o órgão municipal precisava consolidar-se enquanto um lugar de fala, para isso precisava seguir os passos da entidade nacional que já estava com seus conceitos de certo modo “sacralizados”, pelo menos no campo do patrimônio.

Retomando o estudo sobre o Ribeirão da Ilha, quando os autores dizem que o patrimônio em questão não deveria ser preservado apenas pelo “valor estético predominantemente colonial de beleza incomparável, mas, sobretudo pelo significado cultural e humano [...]” (VEIGA et al., 1983, p. 3), assumem no discurso essa nova postura em relação ao patrimônio, segundo a qual ele deveria ter ressonância para a população, assim como deveria fazer sentido e principalmente estar a ela relacionado. Porém, sabe-se que os bens preservados, são selecionados pelas instituições públicas, muitas vezes, não encontram reconhecimento da população, que acabam ressignificando essas restrições legais de acordo com seus interesses particulares.

O estudo não citou nada sobre as questões relativas à cultura popular, evidenciando apenas a importância daqueles bens no cotidiano das pessoas e que a comunidade precisava ser conscientizada da preservação do local. Não citou, em nenhum momento, outros grupos étnicos que já estavam presentes no Ribeirão da Ilha na época do estudo. No trecho abaixo, mais uma vez se colocando como “guardiões da memória”, os autores dizem que o resultado do trabalho:

será a documentação do Acervo Histórico Arquitetônico do Ribeirão da Ilha em todos os seus aspectos e a sua relação com o entorno, além da formulação de uma proposta de tombamento e intervenção orientando a atividade turística, não somente para torná-la um fator de desenvolvimento econômico mas, principalmente para a preservação e enriquecimento do nosso patrimônio cultural, mediante a promoção de usos satisfatórios deste acervo insubstituível. (VEIGA et al., 1983, p. 3).

No parágrafo acima, os autores explicitam o objetivo do trabalho, pois não somente se dizem “guardiões da memória”, nomeando e classificando, constituindo e inventando o acervo municipal, mas através de uma formação discursiva especializada pretendem “orientar” como esse acervo deverá ser utilizado, gerindo os seus usos.

No penúltimo parágrafo, ainda do Sumário, dizem que o “setor público” deverá trabalhar para conscientizar a comunidade “acerca do valor do acervo que mesmo de propriedade privada é patrimônio de todos” (VEIGA et al., 1983, p. 3). Neste parágrafo, os autores revelam suas percepções acerca da competência do poder público municipal em

relação às questões relativas ao patrimônio, seja através de sua legitimidade jurídica e poder coercitivo.

O Ribeirão da Ilha, ao entrar na rede discursiva do patrimônio, acaba se tornando um símbolo da memória coletiva, que se estava tentando construir, uma vez que diversos sujeitos atuantes no campo do patrimônio e da história estavam trabalhando na invenção de tradições locais.

Em dezembro de 1988, Eliane Veras da Veiga, que já era arquiteta e funcionária pública municipal, publicou artigo sobre a necessidade de patrimonialização do Ribeirão, na Revista *Ágora do Arquivo Público Municipal*, ressaltando a importância do tombamento federal do Conjunto do Ribeirão da Ilha. Neste artigo demonstrou a concepção de patrimônio que estava vigente no município de Florianópolis na época, explicitando as estratégias do campo do Patrimônio Municipal para ganhar respaldo nacional, dando destaque ao “lugar de memória” dos descendentes lusitanos.

O que pode ser percebido quando trata da descendência da comunidade local, com exemplo, o trecho a seguir: “Trata-se de uma comunidade de descendência direta dos primeiros colonizadores procedentes do arquipélago dos Açores – especificamente os emigrantes das ilhas Terceira, do Pico e Faial – que aqui aportaram a partir de 1747, como parte de estratégia de ocupação portuguesa do Sul do Brasil. (VEIGA, 1988, p. 26)”. Nesta passagem identificamos a estratégia de construir “identidades” e de encontrar uma origem para o lugar, questão que estava presente na rede discursiva do patrimônio há muito tempo. As ações do município estavam indo ao encontro das concepções aceitas nacionalmente, indicando uma busca por origens lusitanas para o Brasil, amparadas por uma História oficial. Esse “enquadramento da memória” acabava por desconsiderar a presença de outras pessoas, que foram silenciados pela história oficial, surgindo apenas em algumas raras pesquisas acadêmicas, como os africanos e afrodescendentes, espanhóis, alemães¹⁶, entre outros que se misturaram entre os açorianos e acabaram sendo esquecidos na formação discursiva do patrimônio.

Outro aspecto bastante relevante que podemos comparar com as ações do órgão nacional de preservação, é o fato que, uma técnica da instituição do Patrimônio Municipal que detinha o poder legítimo para enunciar o regime de verdade acerca do patrimônio, pautava sua atuação não só na pesquisa sobre os locais e bens a serem tombados, mas construía uma “massa documental” que inventou o patrimônio municipal. Ao elaborar inventários,

¹⁶O artigo de Sérgio Ribeiro da Luz publicado na Revista *Ágora* assinala sobre a presença germânica na freguesia do Ribeirão.

classificar, qualificar e nomear aquilo que seriam os bens tombados, o órgão do patrimônio estava ressignificando lugares e buscando recriar determinado passado.

Mariza Veloso Santos (1996), partindo de referenciais teóricos semelhantes, investigou a formação discursiva específica elaborada pelo IPHAN. O órgão federal, segundo a autora, foi responsável pela elaboração de um conjunto de representações que foram capazes de constituir uma “identidade nacional”, através de uma formação discursiva que visava a “descrição da nação”. Ainda, segundo a autora, dentre os “conjuntos de práticas sociais” que tinham como propósito a “descrição da nação”, destacou-se o “instituto do tombamento”. Quanto às estratégias da instituição para se consolidar enquanto “lugar de fala”, o corpo técnico mereceu destaque. Foram esses técnicos que desenvolveram “uma série de estratégias simbólicas para possibilitar que sua narrativa sobre o passado e o futuro – o discurso sobre o tecido do tempo – adquirisse ressonância no olhar e visibilidade na alma de uma nação brasileira” (SANTOS, 1996, p. 82). Assim, me aproximo de sua análise, quando relaciona os referenciais teóricos do grupo que formou o IPHAN, na sua primeira fase.

O grupo da Academia SPHAN, no que se refere ao seu corpo de técnicos, é formado principalmente por arquitetos – de linhagem modernista -, o que demonstra mais uma vez, conforme vimos afirmando, a interseção entre arquitetura moderna – voltada à modelagem do “homem novo”, e o patrimônio, voltado a descobertas de um passado civilizatório, revolucionário, porque original, novo, inaugural. (SANTOS, 1996, p. 82)

Neste sentido, identifiquei no SEPHAM, já subordinado ao IPUF, que seus técnicos, além de deterem o poder de inventar o patrimônio municipal, o faziam a partir de uma pesquisa que permitia uma legitimidade da formação discursiva elaborada por eles. Como exemplo, pode-se citar o fato do estudo “*Ribeirão da Ilha: Patrimônio histórico e arquitetônico*”, mencionado anteriormente, realizado pela estagiária do IPUF, na época, Eliane Veras da Veiga, ser utilizado como base para a elaboração do Plano Diretor dos balneários e outras ações do governo municipal em relação a região em estudo, que previu a salvaguarda da região do Distrito do Ribeirão da Ilha, e, posteriormente, para aumento da área de proteção. Após sua efetivação como arquiteta funcionária pública municipal, a autora respondia a todas as questões referentes ao local aproveitando o estudo e o “conhecimento” do local para outros trabalhos¹⁷. Neste sentido, a autora ganha status de “autoridade” para falar do Ribeirão da Ilha, sendo seu discurso utilizado como fonte de “conhecimento sobre o

¹⁷Em uma conversa informal com um funcionário da Biblioteca do IPUF e com a autora, percebi que sempre que alguém vai à Casa da Memória e à Biblioteca do IPUF, a autora e suas obras são indicadas como leitura fundamental sobre o Ribeirão da Ilha.

passado”. Assim como no IPHAN, o SEPHAM se consolida como um “lugar de fala”, reconhecido e legitimado para criar um regime de verdades sobre a cidade e reproduzir uma série de práticas sociais estabelecidas pelo IPHAN, como o instituto do tombamento, entre outras.

Para melhor compreender como ocorreu essa construção de um regime de verdades sobre o Ribeirão da Ilha, parto de uma metodologia de análise de categorias discursivas engendradas ao longo do estudo e inventário sobre o Distrito além de outros discursos que constituem a série documental sobre o Ribeirão da Ilha. Acima fiz uma breve análise do sumário e apresentação do estudo já identificando algumas dessas categorias. Assim, busco como Mariza Veloso Santos, mapear “as estratégias simbólicas que deram ordem e significado ao campo semântico circunscrito através da formação discursiva constituída e implementada pelos membros da Academia IPHAN” (SANTOS, 1996, p. 82). Essa afirmação cabe aqui para os técnicos e agentes do SEPHAM e do COTESPHAN, ambos vinculados ao IPUF.

Os autores do estudo analisado fazem um breve “histórico” do Distrito, utilizando como referência “A Ilha” de Virgílio Varzea, publicado em 1900. Assim, por meio dessa escolha, demonstram a articulação do campo do patrimônio com as narrativas de história oficial, configurando uma importante estratégia de legitimação de discursos das elites dominantes,

O “histórico” dá ênfase ao “povoamento açoriano”, e ainda há um recurso bastante recorrente no estudo que é a utilização de mapas ilustrativos. O mapa que abre essa parte é uma representação acerca da vinda dos açorianos para a Ilha, ao lado de outro mapa que representa os pontos em que os açorianos se “fixaram”. Não obstante, esse tipo de recurso é uma importante estratégia para afirmar determinada versão sobre os eventos “históricos”, auxiliando na fixação de determinada narrativa.

A narrativa sobre o “povoamento açoriano” está embasada em uma bibliografia, mencionada no fim do estudo, que reforça versões etnocêntricas típicas da sociedade ocidental, no caso brasileiro, a “herança portuguesa”. No trecho, a seguir, podemos perceber duas categorias discursivas bastante relevantes para a compreensão da perspectiva teórica dos autores:” é um conjunto único, ainda existente em Santa Catarina, e que se mantêm fiel e, portanto, representativo, da presença açoriana no Brasil, e um traçado urbanístico segundo as determinações da Provisão retro referida. (VEIGA et al., 1983, p. 08)”, quando dizem que o Ribeirão da Ilha é “um conjunto único”, os autores estão se referindo ao caráter de “excepcionalidade” do lugar. Essa categoria está presente há mais de 60 anos no campo

discursivo do patrimônio e é uma estratégia argumentativa que dá legitimidade ao discurso. Ao falar que “se mantém fiel e, portanto representativo, da presença açoriana no Brasil”, estão presentes duas categorias bastante importantes nesse conjunto simbólico, pois afirmar que “se mantém fiel” é em outras palavras, dizer que o lugar se mantém estático ao tempo. Assim, as paredes evocariam o passado que se estava querendo construir, no caso, o passado “da presença açoriana no Brasil”.

Neste sentido, revela-se, conforme atestou Maria Cecília Londres Fonseca (2000), que os lugares preservados podem se configurar enquanto “testemunhos materiais imponentes, tanto do ponto de vista da ocupação e permanência da cidade, quanto dos padrões estéticos hegemônicos, valorizados como expressões de cultura à época do tombamento. (FONSECA, 2000, p. 56)”.

O conjunto urbano tombado no Ribeirão da Ilha, muito além de evocar o passado, pode sim revelar outros aspectos da sociedade. Os discursos que visam introduzi-lo no campo discursivo do patrimônio demonstram conflitos e embates que ocorrem dentro das próprias instituições. Articulam-se diversos discursos de campos distintos que vão nomeando e classificando determinados bens, conforme determinadas perspectivas teóricas e semânticas vão vencendo essas disputas. Seguindo os padrões nacionais, os autores, representam um discurso que vai privilegiar a preservação de bens associados a “memória das elites” e segmentos privilegiados da sociedade, ignorando a presença de outras etnias e expressões culturais. Vejamos a figura 3, de parte do perímetro tombado:



FIGURA 3 – “Casario açoriano” - Freguesia do Ribeirão, parte do perímetro tombado – Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes. Data: Abril de 2013.

Observando a FIGURA 3, destaca-se que os “padrões estéticos hegemônicos, a época” do estudo, década de 1980, ainda eram aqueles padrões do “legado arquitetônico português”¹⁸, reproduzindo as formações discursivas nacionais. Nos dias atuais, esse padrão é mantido, porém, se observarmos atentamente a imagem, pode-se observar que diversas alterações ocorreram, a exemplo o andar superior que aparece em duas das casas. Neste sentido, Mariza Veloso Motta Santos (1996), constatou no IPHAN, no período em que estava se configurando como um lugar de fala, que.

O grupo da Academia SPHAN, no que se refere ao seu corpo de técnicos, é formado principalmente por arquitetos - de linhagem modernista -, o que demonstra mais uma vez, conforme vimos afirmando, a interseção entre arquitetura moderna – voltada à modelagem do “homem novo”, e o patrimônio, voltado a descobertas de um passado civilizatório, revolucionário, porque original, novo, inaugural. (SANTOS, 1996, p. 82)

Deste modo, segundo Santos (1996), desde seu início, o órgão federal vai traçando a formação discursiva sobre o patrimônio, sempre entrelaçada com atuação efetiva e pessoal

¹⁸A bibliografia utilizada como referencia é “A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina” de Sara Regina Silveira de Souza, a obra exalta essa presença desconsiderando qualquer outro tipo de influência estética ou cultural na arquitetura e cultura da Ilha.

dos intelectuais que compunham o corpo da instituição, assim como as relações identificadas no SEPHAM. A presença de um corpo técnico composta por arquitetos, em maioria, de perspectiva teórica bastante semelhante à nacional, vai elaborar o conjunto de representações sobre a cidade, “delineando as categorias chaves organizadoras sobre do discurso do patrimônio” (SANTOS, 1996, p.78), sempre buscando estar de acordo com as induções do IPHAN.

Um aspecto bastante relevante em relação ao estudo e que demonstra uma característica do campo discursivo do patrimônio, diz respeito ao lugar Ribeirão da Ilha, em “limites do sítio em estudo” (VEIGA et al., 1983, p. 11). Por meio dessa expressão, os autores delimitam o que estavam nomeando e classificando como um “sítio histórico” a ser preservado. Porém, ao delimitar este lugar a ser preservado, deixaram de lado outros aspectos arquitetônicos e paisagísticos que também pertenciam ao Distrito. Assim, revelam que, o que estava sendo preservado não era o Distrito do Ribeirão da Ilha e sim parte dele. Além disso, assim como afirmou Fonseca (2000) sobre o IPHAN, no Ribeirão da Ilha não foi diferente, os autores estavam privilegiando o conjunto urbano edificado, além do bem isolado, no caso a Igreja, desconsiderando outras manifestações culturais que conferem ao espaço significados bastante diferentes ao de apenas evocação ao passado. Assim, a parte definida pelo estudo ficou sendo apenas o que era chamado de “Freguesia”, ou seja, o restante do Distrito, não entrou na formação discursiva do patrimônio.

Os autores do estudo sobre o Ribeirão da Ilha (VEIGA et AL, 1983) para delimitar o perímetro tombado dizem que no sentido sul o limite é a Escola de Educação Básica Dom Jaime de Barros Câmara, localizado no número 7821 da Rodovia Baldicero Filomeno, conforme mapa (FIGURA 4),

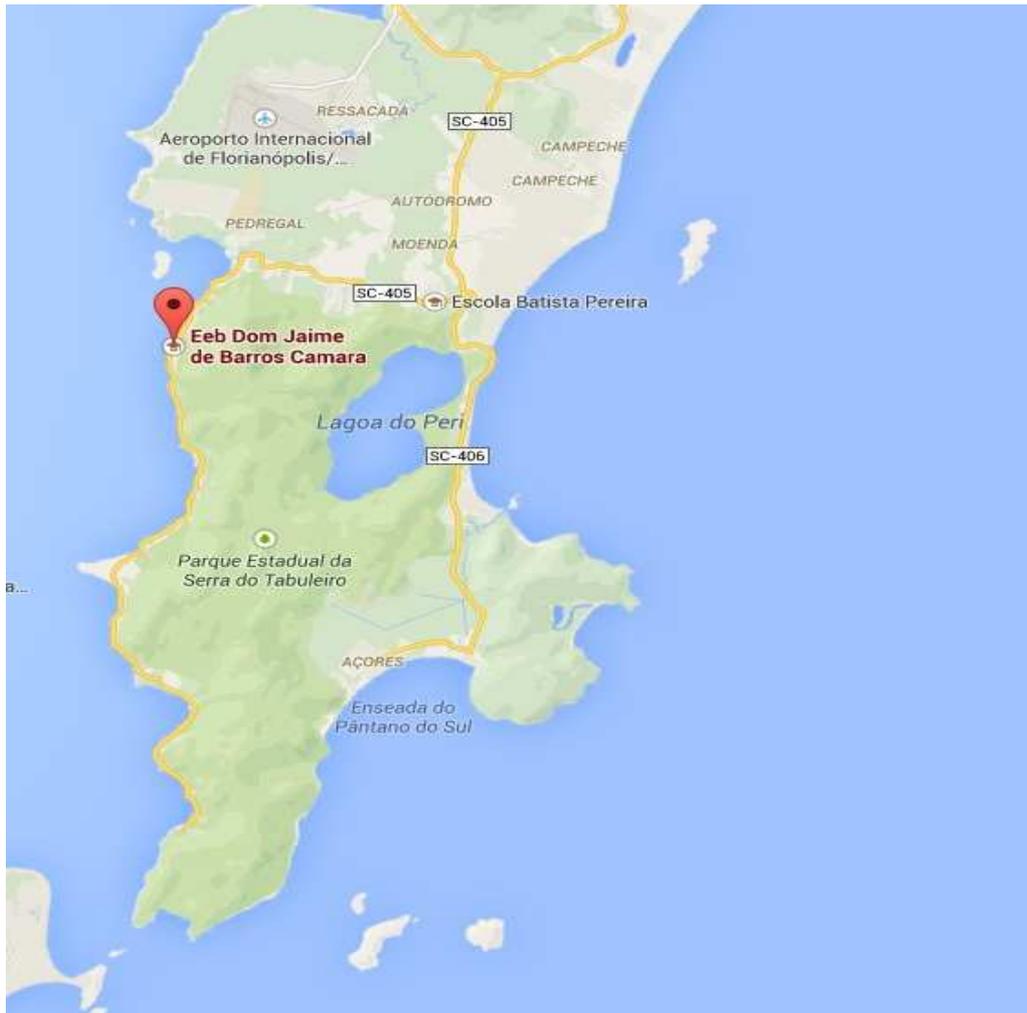


Figura 4 – Mapa de localização da Escola de Educação Básica Dom Jaime Câmara – Fonte: www.geo.pmf.sc.gov.br, acesso em nov. 2014.

A escola, representada na figura acima, marcaria o fechamento da Freguesia. O motivo seria porque “a rua faz uma curva, perdendo-se a visão das últimas casas açorianas do sítio” (VEIGA et al., 1983, p. 11), ou seja, nada do que não pertencesse aquela História Oficial sobre o lugar, nenhum registro do passado de outras etnias, ou ocupação do espaço urbano, “mereceria” ser conservado já que não evocavam nada da presença açoriana. Na tentativa de dar estabilidade a uma memória que se quer construir para o Ribeirão da Ilha, os autores acabam realizando um procedimento de seleção e organização dos significados atribuídos ao passado. (DELGADO, 2003, p. 114). Nota-se que quando os autores elegem e delimitam as áreas como referências da memória, exaltando a presença açoriana, estão silenciando e apagando qualquer registro de outros grupos. Esse trabalho de enquadramento acaba dificultando, por exemplo, o ofício dos historiadores que buscam investigar a presença de outros grupos étnicos e manifestações culturais.

Uma estratégia que aparece no estudo é a utilização do *Sky-line*¹⁹. A justificativa dos autores para utilização desse recurso foi que “objetiva a apresentação de forma plástica, ou seja, a volumetria das edificações que fazem parte do conjunto, bem como a da marcação da testada dos lotes e da qualidade do tecido urbano” (VEIGA et al., 1983, p. 11). Numa linguagem bastante técnica, os autores explicam o uso desse método, que é comum nos estudos sobre os espaços urbanos do campo da arquitetura, o que garante ao estudo uma legitimidade técnica. O recurso é alígero no que diz respeito às estratégias visuais de fixação de uma representação da realidade. Desse modo, ressaltam-se os vencedores do embate dos discursos no campo do patrimônio, ou seja, o discurso presente no campo da arquitetura com seus métodos e teorias.

Em “o partido das edificações” (VEIGA et al., 1983, p. 11), encontramos o mais intenso trabalho de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989). Nesta parte do estudo, os autores iniciam uma classificação de cada uma das edificações que mereciam preservação, dando destaque as “casas coloniais” e as “características portuguesas”²⁰, como já mencionadas anteriormente. Essa exaltação das heranças portuguesas, vão de encontro com os discursos nacionais sobre o patrimônio nacional e a identidade nacional, demonstrando a tentativa de preservar os conjuntos que exaltassem a presença portuguesa como raiz da nação brasileira. O instituto do tombamento, conforme enunciado nos trabalhos de Mariza Veloso Santos (1996) e José Reginaldo Gonçalves (1996) foi um artifício fundamental para construção de uma “memória coletiva” nacional e o elo entre os Estados brasileiros era justamente essa herança lusitana de civilização. Porém, o que este tipo de instituto ocasionou foi um silenciamento da presença de outros grupos étnicos no Brasil. Esse estudo acaba revelando que as estratégias iniciadas desde a criação do IPHAN, foram consolidadas nacionalmente. Salvas as peculiaridades regionais, há que se considerar o alcance nacional do discurso do patrimônio engendrado pelos intelectuais do IPHAN, revelados a cada linha desse inventário sobre o Ribeirão da Ilha.

Algumas dessas peculiaridades regionais são traçadas nas linhas finais dessa parte do estudo quando os autores constataram que, apesar de existirem os códigos de posturas na cidade, aqueles que buscam instaurar os padrões portugueses, as casas do Ribeirão da Ilha, “não tinham quase nenhum conforto não passando dentro dos padrões da época, de abrigos bem precários” (VEIGA et al., 1983, p. 13). A justificativa dada pelos autores era de que

¹⁹O termo é também conhecido como “linha de contorno da cidade” (vide anexo I)

²⁰A arquitetura definida como colonial é delimitada no período de 1500 à 1822, toda influência lusitana nas moradias do Brasil.

“este fato decorre naturalmente da falta de mão de obra especializada no interior, da pobreza da população e da impossibilidade de trabalho com materiais melhores e de maior durabilidade” (VEIGA et al., 1983, p. 13). É interessante notar que os autores estão falando das construções do século XVIII, utilizando, como referência, uma bibliografia que tende comumente a tratar a economia desses povoamentos como pouco dinâmica. Porém, conforme ficou constatado em pesquisas recentes²¹, esses mesmos autores utilizam dados que acabam contradizendo suas afirmações. O relatório final²² de uma dessas pesquisas revela que,

Com a análise da matrícula do Ribeirão da Ilha, de 1843, conseguimos confirmar a importância da população escrava para a economia local. Com uma economia voltada essencialmente para a agricultura, onde a produção da farinha de mandioca era o elemento básico, 40% das famílias possuíam escravos. Sendo que destes, 76% possuíam entre 1 e 5 cativos e 7,5% dos proprietários possuía um número de cativos superior a 10. (ZIMERMANN, 2003, p. 6)

Assim, quando falam da falta de “mão de obra”, ou da “pobreza”, os autores desconsideram dados trazidos por eles mesmos e que demonstram a existência de uma atividade econômica bastante intensa e não precária como mencionado. Essas afirmações atestam para um importante artifício no “enquadramento da memória”, que é a utilização de uma história oficial, de forma fragmentada e repleta de intenções. Nesse sentido, Pollak destacou que o

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (POLLAK, 1989, p. 10)

Assim, para dar legitimidade ao discurso que estavam propondo, os autores utilizaram de uma história oficial, e assim colaboraram para a construção de uma “memória coletiva” sobre o Ribeirão da Ilha e sobre a população local. As consequências dessa seleção, por essa versão dos fatos, acabaram por preservar testemunhos de um determinado grupo e assim pouco restou dos vestígios de outros.

²¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann Vidal (org). História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

²²ZIMERMANN, Fernanda. Africanos entre afro-arianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório final – Subprojeto – PIBIC, 2003/2004.

Uma característica instruída no ordenamento jurídico sobre o Patrimônio Nacional e reconhecida na esfera municipal, demonstrada no estudo, foi a utilização de questionários sobre o Distrito. Esses questionários foram elaborados previamente e foram deixados na Igreja do Distrito, como dizem os autores:

No dia 10 de outubro de 1982, foi distribuído na Igreja da Freguesia do Ribeirão, um questionário elaborado por nós, no qual pedia as sugestões e opiniões do morador do Ribeirão, sobre o lugar onde ele mora. Foram distribuídos cerca de 150 questionários, os quais foram preenchidos por cada indivíduo acompanhado também de questões dos demais familiares. Levando-se em conta o grau de instrução, e de esclarecimento da população, consideramos o resultado alcançado, bastante razoável, tendo em vista que a enquete se limitou à freguesia e foi mais incisiva dentro da área de estudo. (VEIGA, 1985, p. 134).

Segundo os autores, não houve contato pessoal com os entrevistados, pois cada “indivíduo” retirou o questionário e entregou dias depois. Por meio desse fato, podemos perceber que o “enquadramento da memória” é um trabalho bastante sofisticado, como já demonstrado anteriormente. Em diversas passagens do estudo, este trabalho vai sendo revelado, porém, é no questionário que podemos perceber o trabalho mais minucioso.

O questionário pode, muito além de responder a indagações dos autores, servir como informativo para os questionados. Neste sentido, os autores revelam essa intenção de “enquadrar a memória” com uma citação no início da apresentação dos questionários “só se protege o que se ama, mas só se ama o que se conhece” (VEIGA, 1985, p. 134). Essa frase diz muito da grande dificuldade da salvaguarda de bens determinados por um grupo específico, pois, como é necessário encontrar uma ressonância na população local, é preciso fazer com que seja despertado um sentimento de pertencimento. No entanto, a população tem que reconhecer aqueles bens ou lugares dentro dessa rede discursiva do patrimônio como “pontos de referência” (POLLAK, 1989). Assim, a função do questionário vai além da resposta de questões, serve como um “informativo”, uma divulgação e aprendizagem, estruturando a memória. Os questionados são forçados a pensar sobre determinadas categorias que muitas vezes desconhecem e acabam conhecendo a partir desses questionários.

Os autores revelam na conclusão do questionário que estavam seguindo a “instrução ministerial 310/79” (VEIGA et al., 1983, p. 139). Isso demonstra como o município estava realmente seguindo o conjunto de práticas estabelecidas pelo órgão federal (IPHAN). Nesta mesma parte do estudo, tratam de uma nova perspectiva sobre o patrimônio, onde os monumentos deveriam fazer parte do contexto urbano. Além disso, na tentativa de inserir o Ribeirão nesta rede discursiva, dizem que estavam seguindo o Programa de Cidades

Históricas adotados nacionalmente, revelando a necessidade de legitimação da cidade no campo do patrimônio nacional. Interessante notar também que algumas das questões do estudo limitavam-se a resposta de afirmativas ou negativas, não se atendo a opiniões mais específicas dos moradores, pois as questões mais dissertativas questionavam sobre categorias que se estavam querendo introduzir na população.

Outro aspecto relevante na análise destes questionários é a busca por uma memória coletiva, que é revelada na conclusão elaborada pelos autores. O quadro de respostas é feito quantitativamente o que demonstra um trabalho de enquadrar a memória individual e torná-la coletiva, como se o total de respostas comuns fossem a demonstração de uma “memória coletiva”. Outros aspectos bastante interessantes e que são fundamentais para compreensão da trama desta pesquisa serão analisados em outros capítulos, utilizando este questionário e sua conclusão como fonte.

Em “A preservação e o poder” (VEIGA et al., 1983, p. 145) os autores passam a revelar a concepção de Patrimônio Histórico que permeou todo o estudo, além disso, demonstram um dado bastante significativo para compreensão de suas perspectivas teóricas, e o lugar de onde falam, dizem que “alguns dos trechos do texto que segue foram extraídos dos documentos do ARQUIMEMÒRIA/julho 81. A participação dos autores neste encontro nacional de arquitetura, foi bastante significativa para elaboração deste estudo. Este dado é demonstrado ao longo do trabalho e sobretudo nesta parte, onde citam os ordenamentos de outras cidades e discursos constitutivos do campo do patrimônio nacional.

Analisando a conjuntura da época do estudo e as influências admitidas pelos autores ao longo do estudo, como a citação de determinadas legislações e induções, a exemplo “A carta de Veneza”, “A Carta de Quito”, “A convenção da UNESCO de 30/06/77”, “O compromisso de Brasília de 1970”, “O compromisso de Salvador de 1971” (VEIGA et al., 1983, p. 152), observa-se a concepção de patrimônio adotada ao longo do estudo. Segundo “O compromisso de Brasília de 1970” e O compromisso de Salvador 1971, o governo brasileiro, numa tentativa de descentralização da gestão do patrimônio, até então concentrada no IPHAN, induz a criação de órgãos estaduais de preservação. Em Santa Catarina isto foi seguido na Lei Estadual n. 5.846, e na esfera municipal a Lei 1.202 de 2 de abril de 1974, que criou o órgão responsável pelo patrimônio da cidade. A adesão do governo federal da Convenção do Patrimônio Mundial se deu em 1977, período marcado pela priorização a preservação de sítios culturais de representação do período colonial.

No caso de Florianópolis, como analisei no início deste capítulo, o campo do patrimônio foi se consolidando a partir de tombamentos de bens isolados a exemplo das Igrejas do século XVIII tombadas em 1975. Tombamentos de conjuntos urbanos ocorrem somente a partir de 1986. Interessante perceber que, conforme as categorias vão sendo ressignificadas, o ordenamento jurídico vai se adequando. Os autores, à época do estudo, estão influenciados por essas novas concepções do patrimônio e a formação discursiva que estava se reconfigurando, pois se antes se priorizava bens isolados, nesta época valoriza os conjuntos urbanos. Além disso, conforme demonstrado no próprio estudo, apresentam temas como a participação da comunidade, a importância da ressonância da população em relação à preservação, que corroboravam as discussões nacionais em relação ao Patrimônio.

A expressão utilizada pelos autores “patrimônio do povo” (VEIGA et al., p. 1983, p. 146), demonstra essa perspectiva onde os bens a serem preservados não estavam apenas centrados no critério de seleção estético, mas sim eram capazes de representar processos mais do que fatos isolados. Neste sentido, a justificativa dos autores em preservar o Ribeirão por ser um “grande marco na colonização açoriana” (VEIGA et al., 1983, p. 2), vai de encontro a essa nova concepção de que a preservação deva estar em consonância com a população.

Todas estas concepções são demonstradas nestas partes finais do estudo, com a utilização de compilações de legislações e trechos que os autores acharam relevantes retirados do estudo do ARQUIMEMÓRIA de 1982, para apresentar suas perceptivas teóricas. Porém, o que percebemos, ao analisar o estudo, é que os autores acabam por se “auto-representar” como “guardiãs” da memória do Ribeirão da Ilha, capazes de inventariar e classificar os bens e evocar o passado. Ao privilegiarem um determinado processo, o da imigração açoriana, acabam por silenciar outros processos que ocorreram neste mesmo lugar. Selecionando esta memória do Distrito, outros grupos étnicos e outras expressões culturais foram abafadas. Ao afirmarem: “preservar é documentar elementos ou conjuntos de uma determinada época” (VEIGA et al., 1983, p. 145), os autores acabaram “inventariando” uma versão da história, construindo uma “memória coletiva” que silenciou outras memórias.

Desta forma, o Distrito do Ribeirão da Ilha entra no campo discursivo do patrimônio. Para que o discurso municipal adquirisse credibilidade ele adequou-se ao discurso nacional, apropriou-se de categorias discursivas que garantiram legitimidade e engendrou um trabalho de “enquadramento da memória”, este que se relaciona diretamente com memória e esquecimento.

É concomitante ao processo de patrimonialização do Ribeirão da Ilha o de turistificação, ou seja, é nesse mesmo contexto em que o campo do Patrimônio está se consolidando em Florianópolis, que o turismo entra em evidência, evidenciando um entrelaçamento entre Patrimônio, História e Turismo no processo de ressignificação do Ribeirão da Ilha.

Capítulo 2: Os entrelaçamentos entre Turismo, História e Patrimônio na ressignificação do Ribeirão da Ilha.

A seleção de categorias a serem analisadas para construção do objeto de pesquisa foi orientada por alguns interesses, percepções e experiências acerca do tema. As fontes pesquisadas me levaram a um campo bastante importante de representação do passado, o turismo, e que se encontra no cerne de discussões bastante contemporâneas. As séries documentais selecionadas para investigação da trama deste capítulo são variadas e necessitam de metodologias de análise extremamente peculiares.

Pretendo investigar como o Distrito do Ribeirão da Ilha foi sendo inserido no campo discursivo do turismo com o objetivo de torná-lo um “lugar turístico”, tomando por base as ideias de Foucault (1970) sobre a linguagem e o poder dos discursos. Para esse autor, o discurso só pode ser entendido, se colocado enquanto parte de uma rede, ou formações discursivas.

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar lhe os poderes e os perigos, refrear lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade. (FOUCAULT, 1970, p. 2)

Neste sentido, é realizado um trabalho para naturalizar o discurso, controlando a sua produção e disfarçando, segundo o autor, a sua materialidade. Ainda de acordo com o que dispõe Foucault (1970) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearmos” (Ibidem)

Ainda na obra *A ordem do discurso*, Foucault afirma:

[...] O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do signifiante (FOUCAULT, 1970, p. 49).

Albuquerque (2010, p. 223) ao abordar o uso, por parte dos historiadores, dos discursos e pronunciamentos como fontes historiográficas, afirma que os discursos e pronunciamentos são conceitos, por tanto podem ser entendidos de diversas maneiras. Neste sentido, os discursos analisados neste trabalho são vistos nessa perspectiva, pois constituem séries que ganham sentido quando comparados a outros e são vistos como uma rede de signos, conectada a outras redes de outros discursos. Assim, são fontes que requerem um procedimento de análise bastante específico.

Albuquerque (2010, p. 236-239) dá algumas sugestões metodológicas para utilizar discursos e pronunciamentos como fontes históricas, ao afirmar que deve obedecer a uma análise interna e externa, buscando as marcas de historicidade e de temporalidade. A análise externa implica perguntar a respeito de suas relações com aquilo que o cerca. Na análise interna, o historiador, segundo Albuquerque, deve tomar aquela fonte como o próprio acontecimento. É necessário se perguntar pelas regularidades que se pode mapear entre os discursos que circulavam na época, que coexistiram que formam séries. Os discursos que nos chegam são condicionados pelas instituições que os produziram, guardaram ou acolheram. A recepção, a leitura e audiência não são passivas, mas partícipes da produção do sentido do que está sendo dito.

Não cabe aqui buscar uma origem para o turismo em Florianópolis, ou mais precisamente no Ribeirão da Ilha, e sim compreender que o turismo é um processo histórico²³. Mas, como fruto de diferentes movimentos, continuidades e descontinuidades, não há uma linearidade, que remete a início, meio e fim. Por isso, tratamos turismo como campo de reprodução do passado que são invenções produzidas por imagens e por discursos. Não há, portanto, como trabalhar com marco inicial e sim com processos e conjunturas históricas.

O Estado de Santa Catarina recebeu nos anos de 2012/2013 pela sexta vez o prêmio de *O melhor de viagem*²⁴ dos estados brasileiros, a eleição é realizada por voto dos leitores da revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril. A capital do Estado é representada como um dos dez mais importantes destinos turísticos do país, segundo a revista especializada em turismo, recebendo pessoas de diversas regiões do país e do mundo.

Essa caracterização como “cidade turística” está diretamente ligada ao processo de construção de discursos nacionais e internacionais sobre o turismo. Que categorias permitem que determinado lugar passe a ser representado como “turístico”? No caso de Florianópolis, utilizam-se categorias como: paraíso, magia, paisagens naturais, ecoturismo, lazer, gastronomia, histórico, açorianidade, entre outras – na construção dos discursos que a inserem no campo do turismo.

Vejamos o que diz o folder institucional disponível no site oficial da Secretaria Municipal de Turismo - SETUR:

²³ Para tratar do processo histórico do turismo utilizarei o conceito de “turistificação”

²⁴ Eleição por voto dos leitores da revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril.



FIGURA 5: folder turístico – Fonte: Disponível em www.pmf.sc.gov.br, acesso em 20 de abril 2013.

Observa-se, que, neste folder turístico, algumas categorias são intensamente reproduzidas e as imagens de forma geral tendem a “confirmar” visualmente o que cada categoria está representando. A intenção é atrair turistas com os mais diversos objetivos e interesses. Utilizando-se de formas de linguagens visuais e textuais, o folder se torna um importante instrumento de divulgação daquilo que se pretende para a capital do Estado.

Especificamente sobre o Distrito do Ribeirão da Ilha, o folder institucional diz ao turista o que encontra lá: “No Ribeirão da Ilha encontra-se a maior produção de ostras do Brasil”, ou a “região respira história por todos os cantos, até mesmo com sua culinária típica”. Percebe-se a emergência de importantes categorias que instituem as características do lugar, a exemplo, da presença da “história” e da “culinária típica”, além de uma apropriação de uma produção recente, a produção de ostras, como se fosse algo “natural” do Ribeirão da Ilha.

Quando o autor do folder diz que a região “respira história” está se referindo ao patrimônio histórico preservado na região. Nessa premissa podemos perceber a intenção de

transformar a permanência de vestígios arquitetônicos do passado em um atrativo para o turista, a exemplo do que afirmou o historiador francês François Hartog (2006), sobre a apropriação do passado pela indústria do turismo “patrimônio cultural se transformou no principal ramo da indústria do turismo e objeto de investimentos econômicos importantes” (HARTOG, 2006, p. 270).

No folder está escrito que “a região respira história até mesmo em sua comida típica”, visto que ressaltar e criar o típico é um recurso bastante utilizado pela indústria do turismo. Se patrimônio é algo que desperta os sentidos e está ligado ao que o turista procura, a comida é um atrativo bastante eficaz. Elsa Peralta (2003), ao tratar dos usos do patrimônio pela indústria do turismo, ressalta que:

a indústria turística recria os elementos culturais e a própria história, emanando novos referentes simbólicos que dão substância à imaginação coletiva, integrando-se na “mitologia retrospectiva” que sobre o patrimônio é erigida e acrescentando-lhes novos elementos. (PERALTA, 2003, p. 87)

Um aspecto já analisado no capítulo anterior e que aparece nesse folder, em consonância com o que a autora concebe, é a afirmação que o Ribeirão da Ilha é “a região que mais preserva a cultura açoriana da cidade”, discurso amplamente reproduzido pela historiografia mais tradicional. Assim, esse argumento é utilizado como justificativa de preservação no campo do patrimônio, enfatizando o discurso do turismo como forma de produção de uma mercadoria para atender a determinado ramo do turismo, o cultural.

A partir da interpretação do trecho “no Ribeirão da Ilha encontra-se a maior produção de ostras do Brasil”, encontramos uma contradição em relação a produção de ostras e a ideia de patrimonialização que se apropria de uma ideia de preservação do passado. Ressalta-se que, a produção de ostras, evidenciada no folder, é uma atividade iniciada na década de 1990 no Distrito, como tentativa de amenizar as dificuldades econômicas enfrentadas pelos moradores da região que viviam da pesca e extração de marisco (NOR, 2010). Por tanto, não só por um discurso do passado, mas também por um discurso de progresso, o turismo constrói uma rede de signos sobre o lugar.

De acordo com o professor Jaime Fernando Ferreira (2012), o início do cultivo de ostras não se deu no Ribeirão da Ilha, mas sim com pescadores de Santo Antônio de Lisboa, incentivados pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e EPAGRI (à época através da ACARPESC), numa tentativa de estimular a renda dos pescadores artesanais de todo Estado de Santa Catarina (SOARES, 2012, p. 24). Assim, diferente do que tenta representar o

folder (FIGURA 1), o cultivo de ostras no Ribeirão da Ilha faz parte de um processo que aconteceu em toda cidade, onde duas instituições estimularam o seu desenvolvimento buscando o desenvolvimento econômico do interior da Ilha. Desse modo, não há como falar em algo natural e tradicional.

Para analisar as articulações entre o campo do turismo e do patrimônio em Florianópolis, tendo como foco o Distrito do Ribeirão da Ilha, é necessário antes compreender como se deu esse processo, ou seja, como o Ribeirão foi inserido no campo discursivo do turismo, por meio de sua arquitetura, culinária, população dentre outros aspectos que foram sendo ressaltados no discurso para transformar o lugar em “turístico”.

Na obra *A História do Turismo em Florianópolis: narrada por quem a vivenciou (1950-2010)*, Antônio Pereira Oliveira, um agente do campo cultural e do turismo, como o próprio título demonstra, “narra” as suas vivências nesse campo. A obra utiliza por fontes a memória do autor e de modo geral uma série de Jornais dos períodos de 1950 a 2010. Todo o discurso do autor é justificado citando esses jornais como fontes. Sobre a história do turismo em Florianópolis, especificamente, são relativamente poucas obras que tratam do tema. A maioria delas, tal como a do autor mencionado acima, são narrativas de memórias, pois não há muitos historiadores que se ocupam especificamente do turismo. Há um projeto bastante interessante sobre o tema é intitulado *Projeto de Pesquisa História, representação e memória coletiva nos discursos de divulgação turística de Santa Catarina e de Florianópolis (1980-2010)* desenvolvido no Centro de Ciências Humanas e da Educação/UDESC, sob a coordenação da professora Luciana Rossato.

Em Florianópolis, o turismo passou a ser inserido, oficialmente, ou seja, através de Leis e Decretos, no campo discursivo do governo municipal somente nas décadas de 1970 e 1980. Anteriormente a isso existia uma preocupação institucional e de alguns intelectuais em atender as novas demandas demográficas que se formavam na cidade, expressadas em Jornais e literaturas da época.

Uma das formas de materialização dos discursos do campo turismo é a imagem, pois através de um material específico o turismo propaga seus conceitos e perspectivas, através de um despertar de sentidos. Segundo Susana Gastal pode-se dizer o que é comum nos diversos tipos de turismo são as imagens de forma que

[...] na própria cidade ou no estrangeiro, antes de se deslocarem para um novo lugar, as pessoas já terão entrado em contato com ele *visualmente*, por meio de fotos em jornais, folhetos, cenas de filmes, páginas na Internet ou mesmo por intermédio dos velhos e queridos cartões-postais. Imaginários porque as pessoas terão sentimentos [...] (GASTAL, 2005, p. 12-13)

Assim, esses imaginários compõe uma série documental para análise do turismo, e representam a materialização das categorias do turismo.

2.1. A estratégia de enquadramento da memória através do discurso jornalístico

Susana Gastal (2005) afirma que o turismo se utiliza do imaginário para formar o olhar daquele que visitará o lugar, procurando atribuir coerência e coesão dos discursos, legitimando a memória coletiva que se está forjando. Neste sentido, compõe também a série documental para a análise.

O jornal *O Estado* de 20 de março de 1984, noticiou a visita do reitor da Universidade de Açores ao Ribeirão da Ilha, destacando as considerações que o reitor fez comparando a cultura açoriana que estaria presente no Ribeirão da Ilha, “segundo o reitor Antônio Machado, preservavam muitos traços de origem açoriana”.

Em 5 de outubro de 1986, o jornal *A Gazeta* de Florianópolis, apropriou-se de estudos historiográficos para representar o Ribeirão da Ilha como um “reduto de colonizadores”. Em artigo intitulado “Em 1506 chegam os navegadores” narram e reproduzem o discurso historiográfico da época (década de 1980). O *Diário Catarinense* de 31 de agosto de 1987 noticiou a procissão de Nossa Senhora da Lapa. No mesmo ano, em edição especial, o mesmo jornal utilizando-se mais uma vez do discurso historiográfico e da exaltação de uma identidade, escreveu que “O Ribeirão da Ilha é lembrança dos Açores”. No ano seguinte O Jornal *Zero*, de dezembro de 1988, escreveu “Ribeirão, desde o começo: dos açores até o nosso século, mitos, história”, essa importante fonte sugere o pensamento que se buscava reproduzir à época em relação ao Ribeirão da Ilha, ressaltar alguns aspectos para dar visibilidade turística, categorias como “história”, passado e açorianidade.

Em 1989, o que se exalta é a arquitetura do Distrito, com o título “Arquitetura é documento vivo da época”. O jornal *O Estado*, de 06 de agosto de 1989, destaca a arquitetura como atrativo turístico. Esse é o primeiro jornal que constitui essa série que traz o turismo bastante evidenciado, logo nas primeiras linhas, “A atração turística do Ribeirão da Ilha é a cultura”, diz o professor Nereu do Vale Pereira. O mesmo interlocutor é o que escreve o livro sobre o Ribeirão da Ilha, mencionado no primeiro capítulo, além de ser o fundador e criador do Museu do Distrito, ademais se tornou um atuante agente na cultura local.

A pesquisa “*História, representação e memória coletiva nos discursos de divulgação turística de Santa Catarina e de Florianópolis (1980-2010)*”, mencionada acima, analisou algumas notícias veiculadas no Jornal *O Estado* na década de 1980, cujo tema estava relacionado com o turismo enquanto uma possibilidade econômica para a cidade. Constatou-se, assim como nos jornais analisados sobre o Ribeirão da Ilha, que as notícias relacionadas ao turismo são sazonais, ou seja, são publicadas apenas no verão.

Ademais, percebeu-se naquela pesquisa, elaborada no ano de 2010, que a apropriação da açorianidade pelo discurso do turismo, está diretamente relacionada à própria consolidação do campo do turismo em Florianópolis. Assim, a invenção da “açorianidade” relaciona-se com a visibilidade turística que se pretendia para a cidade de Florianópolis.

No tocante desta pesquisa, todo o discurso presente nesses jornais, analisados, da década de 1980, contribuiu para construção do Ribeirão da Ilha como um “lugar de memória”. Interessante notar que esses jornais, são do período de 1984 à 1989, período de muitas produções nos campos do Turismo, Patrimônio e História, além de ser a década de maior interferência oficial no Distrito com as restaurações na Igreja²⁵, o estudo sobre o Ribeirão analisado no primeiro capítulo e o tombamento realizado através do Plano Diretor dos Balneários de 1985.

Como resultado da análise das fontes, a partir dos anos 2000, percebe-se um discurso mais evidenciado para o turismo no Ribeirão da Ilha, destacando o Ribeirão da Ilha não só pela cultura açoriana, mas pela produção de ostras, diretamente relacionado a culinária.

2.2. O turismo em Florianópolis

O historiador Sérgio Luiz Ferreira (1998), entende que foi somente “da década de 1970 em diante, que o turismo, o turista, empreendimentos turísticos, incentivos e políticas de turismo passaram a fazer parte do cotidiano da ilha”. Para o autor, um dos fatores principais que proporcionaram e impulsionaram o fluxo turístico na cidade, foi a abertura da rodovia BR101, seguida da instalação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que atraiu uma soma significativa de novos

²⁵Ver a dissertação de mestrado de Ruth Cristina Sanabria Dendia (2008) sobre o tombamento das igrejas oitocentistas mencionado no primeiro capítulo.

moradores para a cidade, possibilitando uma movimentação na economia local (FERREIRA, 1998).

Os três elementos apresentados pelo autor certamente tiveram grande relevância para que o turismo em Florianópolis se tornasse um campo específico. Do mesmo modo que o campo do patrimônio, o turismo se consolidou na cidade por meio de influências nacionais. Foram os embates de categorias nacionais e internacionais, tais como “cultural”, “tradicional”, “belezas naturais”, e o que foi selecionado para ser “turístico”, que possibilitaram que o turismo se consolidasse no município, todavia atendendo as especificidades regionais. O processo de turistificação articulou-se com diversos campos do conhecimento.

Segundo Helton Ricardo Ouriques (1998), no trabalho intitulado *Turismo em Florianópolis – uma crítica a indústria pós – moderna*,

as atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em Florianópolis a partir do início dos anos oitenta, impulsionando profundas mudanças no município. Desenvolve-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicialmente para a parte norte da Ilha de Santa Catarina locais de até então relativa estagnação socioeconômica, onde predominavam comunidades pesqueiro- artesanais. (OURIQUES, 1998, p. 61)

Para justificar a ida para o norte da Ilha, Margarida Barreto diz que,

acordos firmados entre Brasil e Argentina estimularam o *boom* turístico de Santa Catarina entre as décadas de 1970 e 1980, dadas as facilidades que os *hermanos* gozavam nesse período para entrar no país, como a isenção de taxas de transporte durante 60 dias e sem a exigência do passaporte. (CARDOSO, 2013, p. 29)

Para a autora, os *hermanos* teriam optado pelos balneários do norte da Ilha por se tratarem de mares mais calmos. Segundo Ouriques, “o Estado teve destacado papel no desenrolar desse processo, ao implantar as melhorias infraestruturas a partir dos anos setenta, como pavimentação asfáltica dos acessos às praias do norte da Ilha” (OURIQUES, 1998, p. 62). É neste período, décadas de 1970 e 1980, que o turismo passa a ser inserido nos discursos do poder público local de forma institucionalizada. Entretanto, desde a década de 1960, o ordenamento jurídico municipal se voltava para o turismo, com o advento da Lei municipal nº 853 de 1967, que criou a Diretoria de turismo. A nível estadual, o órgão gestor era a Diretoria de Turismo e Comunicação e Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina - DEATUR (CARDOSO, 2013, p. 27).

Deste modo, podemos trabalhar, tal como Mariza Veloso Motta Santos (1996), sobre a “institucionalização de um lugar de fala”. Essa institucionalização ocorreu a partir de 1979, por intermédio do art. 27º da Lei Municipal nº 1674 de 23 de outubro, quando o Departamento de Turismo e Cultura – DIRETUR foi criado, subordinado ao Gabinete do Prefeito de Florianópolis, sediado na Praça XV de Novembro, em Florianópolis, onde permaneceu até 1981 (SETUR, 2003) ²⁶.

Em 05 de outubro do ano seguinte, através do Decreto Municipal 169, foi criada a Secretaria Municipal de Turismo – SETUR. O discurso oficial é de que a SETUR teria sido criada para

promover a criação de emprego e renda através da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável da indústria do turismo em Florianópolis, obedecendo a padrões estabelecidos de qualidade de vida, preservação ambiental, fortalecimento da cultura e cidadania (SETUR, 2003)

O trecho acima demonstra o “regime de verdade” (SANTOS, 1996) que órgão que oficialmente deveria falar sobre o turismo estava introduzindo em Florianópolis. Além disso, auto intitula-se como responsável pela gestão do turismo, reafirmando o caráter econômico da categoria e se considerando locutor legítimo do campo turismo.

A institucionalização do turismo em Florianópolis, iniciada na década de 1970, respalda-se na legislação federal sobre o turismo, numa política que visava à descentralização e estimulava que o turismo seria uma saída para o desenvolvimento econômico do Brasil, interligando os interesses do poder público e das iniciativas privadas. As reproduções do passado realizadas no campo do turismo são invenções produzidas por diferentes formas de linguagem, seja através dos sites, folders, jornais, propagandas, entre outras. Neste sentido, trago como fontes, além das legislações e outras séries documentais, os folders turísticos de diferentes autores, que reproduzem discursos que colaboram na construção de determinadas imagens e representações do Ribeirão a Ilha.

2.3. Os folders e sites turísticos no trabalho de resignificação do Ribeirão da Ilha

O primeiro folder analisado acima (FIGURA 5) foi produzido em 2002 pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, representada pela Secretaria Municipal de Turismo – SETUR,

²⁶ No âmbito nacional a EMBRATUR foi criada no ano de 1966, através do Decreto-Lei n. 55/1966, ele também criou o Conselho Nacional de Turismo, definiu a Política Nacional Para o Turismo.

com o apoio da Secretaria Estadual de Turismo – SANTUR e FUNTURISMO e é utilizado no site da prefeitura e em folheto impresso até os dias atuais.

Para alguns autores a justificativa para o início da patrimonialização, da turistificação e de novas atividades econômicas se dá quando ocorre um declínio das atividades agrícolas no Ribeirão da Ilha. Segundo Soraya Nór (2010),

No Ribeirão da Ilha, esta relação pode ser observada no declínio das atividades rurais, nos antigos pescadores que se tornaram maricultores, no processo de urbanização territorial e avanço do capital imobiliário, segundo as diretrizes de um planejamento público que procura viabilizar os investimentos em gastronomia e turismo. É a materialização local de um fato universal, na atual dinâmica do capitalismo (NOR, 2010, p. 131).

Embora as justificativas apresentadas acima, como o declínio das atividades rurais, a introdução da atividade da maricultura e o processo de urbanização territorial e avanço do capital imobiliário, possam identificar algumas mudanças importantes que ocorreram no Ribeirão da Ilha nos últimos anos, observa-se que essas questões econômicas não são indicadores suficientes para explicar o processo de patrimonialização e turistificação do Ribeirão da Ilha. Ao contrário, elas são agenciadas para justificar as escolhas políticas que inserem a localidade como parte do Patrimônio e do Turismo local. Salienta-se que o Distrito do Ribeirão da Ilha passa a ser descrito no campo discursivo do turismo, como o “passado da cidade”, e da história de Florianópolis, dando forma e sentido ao lugar através da linguagem, seja visual ou escrita. Vejamos o que diz o site *Guia Floripa*²⁷, com relação ao Ribeirão da Ilha: “É considerado um dos poucos lugares do litoral Sul do Brasil que conserva bem os traços da colonização portuguesa. Um passeio até a praia é uma volta aos costumes e cultura açorianos”.

O *Guia Floripa* é um site privado mantido por patrocinadores, em maioria provenientes da indústria do turismo. As palavras acima reproduzem o mesmo conteúdo do folder institucional analisado anteriormente, que contém o apelo ao passado e, sobretudo, a questão da colonização açoriana como típica da região, demonstrando uma prática de afirmação de conteúdos desejados e esperados pelo turista, a exemplo do que afirmou Peralta em seu trabalho:

O turista procura recapturar os *totens* de um tempo e de um mundo que idealiza como míticos, aos quais ele já não pertence. Um tempo e um mundo pré-modernos, cuja autenticidade deriva da sociabilidade dos seus residentes, imaginados pelo

²⁷

O desenvolvedor do site é Multinet Sistemas / Provedor: Floripa Internet.

turista para refazer a perda dos referentes simbólicos que a modernidade lhe legou. (PERALTA, 2003, p. 89)

Neste sentido, o discurso do campo do turismo visa inventar um cenário no qual o turista rememoraría o passado a todo o instante. Assim, os turistas que procuram, por uma “autenticidade”, um “elo perdido”, a indústria do turismo articula todos os seus instrumentos para “recriar” esse passado.

Ainda tratando do turista, continua a autora:

O turista que procura os destinos culturais faz pelo carácter simbólico das “imagens” e “objectos” do passado que lhe são oferecidos, que representam um mundo definitivamente perdido e irrepetível. Pela própria natureza dos recursos em que se baseiam – a cultura e o patrimônio – os destinos culturais estão, pelas razões que referi, entre os destinos com mais “magia”, ou seja, mais “autênticos” e com um valor sagrado mais elevado, no sentido adstrito por Graburn (1989, p. 21-36) aos locais de peregrinação turística.

Deste modo, acontece o entrelaçamento entre os campos do patrimônio e do turismo, amalgamando categorias legitimadoras dos dois campos para interesses econômicos. Mas, não somente esses são os interesses, pois há um jogo de poderes que perpassa os três campos e chegam ao campo da política. Na realidade a política acaba por instrumentalizar as categorias dos dois campos para legitimar seu discurso e manter os grupos no poder. É um trabalho bastante ardiloso, porém, muitas vezes imperceptível para os agentes, cujos atos tornam-se naturalizados.

Sendo assim, ocorre no campo do turismo uma série de embates que envolvem interesses de determinados grupos que elegem quais elementos devem ser reproduzidos simbolicamente pelo turismo.

No caso do distrito do Ribeirão da Ilha, e da própria Ilha de Santa Catarina, o discurso vencedor sobre a origem do lugar é aquele que enfatiza a colonização açoriana, legitimado pela historiografia tradicional, também utilizado para justificativa dos tombamentos do Distrito. Todas essas estratégias de enquadramento da memória estavam presentes em 1985 no estudo sobre o Ribeirão da Ilha²⁸, em 1974²⁹ com o primeiro tombamento do Distrito³⁰.

²⁸Estudo intitulado “*Ribeirão da Ilha: Patrimônio histórico e arquitetônico*”, trabalho de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, elaborado em parceria com Maria de Fátima Teixeira e Joel Pacheco, cujo orientador foi o Professor e Arquiteto César F. dos Santos. Era um trabalho de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina

²⁹Decreto Municipal n. 1341 de 17 de dezembro de 1975, foram tombadas como Patrimônio Histórico e Artístico do Município, as igrejas construídas no século XVIII. Entre elas a Igreja Nossa Senhora da Lapa do Distrito do Ribeirão da Ilha

³⁰O início da inserção do Ribeirão da Ilha no campo do Patrimônio se deu com o tombamento da Igreja Nossa Senhora da Lapa, através do Decreto Municipal 1341 de 17 de dezembro de 1975.

O patrimônio cultural, a que se referem todos os discursos dos folders analisados nesta pesquisa são todos emanados de locutores legitimados pelo “lugar de fala”. Como afirma Peralta (2003, p. 86) o patrimônio acaba sendo,

sempre uma autodefinição cultural, materializada em estandartes públicos, que se fundamenta no passado e numa especificidade etnocultural, cujos elementos são articulados de forma arbitrária para servir o projecto colectivo, sendo que esse projecto é definido, as mais das vezes, por propostas de cunho ideológico emanadas das esferas políticas (PERALTA, 2003, p. 86).

Neste sentido, a história patrimonializada é legitimada por um discurso vencedor que não representa o processo histórico, e sim recortes e seleções de fatos e acontecimentos. Todavia, pouco se observa nas narrativas apresentadas nos folders sobre a presença dos africanos, escravos, indígenas ou qualquer outro grupo que não represente o discurso que venceu os embates e conflitos nos diversos campos, tais como da História e da Política.

Cabe ressaltar, que em uma mesma cidade discursos distintos foram apropriados pela indústria do turismo para atender a interesses econômicos de diferentes grupos, assim como para atender a tipos peculiares de turistas. Isso não significa que os turistas que visitam Jurerê Internacional³¹, por exemplo, não visitem o Ribeirão da Ilha e vice-versa, porém os interesses são bastante diferentes, pois os usos do lugar são outros.

Uma questão bastante pertinente é o fato do Ribeirão também ser um balneário, estar oficialmente descrito como tal³², e apesar disso o apelo turístico do lugar é voltado as categorias da história e da gastronomia. Bastante diferente de Jurerê Internacional, que tem o apelo, contemporâneo, voltado para a praia, resort e entretenimentos diversos, o que demonstra que os discursos que foram propostos para os lugares foram legitimados e se consolidaram na prática.

Voltando ao site *Guia Floripa*, no que diz respeito ao Distrito do Ribeirão,

Logo quando se chega, percebe-se os traços definidores desta cultura ainda **preservados** de forma **original e intensa**. As casas, em sua maioria, possuem **paredes rosas com janelas amarelas ou brancas**. Ou **verde com azul**. As cortinas também chamam a atenção, quase todas **feitas de renda**. Além disso, é comum a **presença de mulheres debruçadas na janela, apreciando o movimento do lado de fora**, ou **proseando com alguma comadre que por ali passa**. **Enquanto isso, seus maridos, quase todos pescadores, puxam as redes na praia para trazer**

³¹ Empreendimento implantado no norte da Ilha durante a década de 1980, o projeto intitula-se Jurerê Internacional, ver o trabalho de Francisco Antônio Carneiro Ferreira (1992).

³²A Lei 2193 de 1985 dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos Balneários da Ilha de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências.

peixe fresco para casa (grifos meus). (Texto transcrito do site Guia Floripa - Disponível em <http://www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/ribeirao-da-ilha>, acesso em nov. 2013).

A visita ao site foi em meados do mês de novembro de 2013, o trecho acima parece falar do ano de 2013? Para alguém que nunca foi ao Ribeirão da Ilha, que não pode constatar com seus próprios olhos, é essa representação que irá ter do lugar, porém trata-se de uma versão generalizante, mais uma vez a apropriação e o apelo pelo autêntico inventado. Outro aspecto, a considerar é a que Ribeirão o site está se referindo, a todo o Distrito que é altamente heterogêneo, ou ao perímetro que foi tombado pelo município?³³ O perímetro tombado pelo Patrimônio Municipal também não é homogêneo porque as compreensões sobre o lugar são bastante diferentes. Percebe-se isso ao visitar o Ribeirão da Ilha.

No capítulo 1 percebemos que, desde a inserção do Distrito do Ribeirão no campo discursivo do patrimônio, conforme, diversos ofícios expedidos pelo órgão gestor do Patrimônio Municipal (IPUF, 1985) para o conselho comunitário do Ribeirão, os moradores eram acionados para manter as suas casas com as características originais, evitando promover alterações sem o consentimento do órgão responsável. Tudo isso faz parte da formação discursiva do Patrimônio Municipal que sofreu induções nacionais e internacionais. A Lei Municipal 1202 de 1974 em seu artigo 18º já determinava:

Art. 18 - Os bens tombados não poderão ser, em nenhuma hipótese, destruídos, demolidos ou mutilados ou restaurados, sem prévia autorização especial do SPHAM, sob pena de embargo e multa de 100%(cem por cento) do dano causado, além das cominações previstas no artigo 23.

Se compararmos a Lei Municipal, com o ofício mencionado no primeiro capítulo, podemos perceber a gestão do patrimônio no Município, estabelecendo um regime de verdades, que deveriam ser seguidas pelos moradores e proprietários das edificações, com a justificativa de preservação dos bens.

O trecho localizado no final do site afirma que todos os maridos são pescadores, no entanto se observarmos o próprio estudo realizado pelo órgão que atualmente administra o Patrimônio Municipal investigado no capítulo anterior, uma das questões elaboradas pelos autores do estudo era a identificação da profissão do morador e constatou-se que boa parte deles não vivia da pesca. Porém, o que nos interessa é perceber que nesta trama estão presentes estratégias discursivas que tem a intenção de levar o turista a uma atmosfera

³³Ver anexo I.

paralela, fazendo-o acreditar que irá a um lugar diferente dos demais. Sobre esse turista, Peralta (2003) escreve,

Move-se, em suma, em busca do “*outro* autêntico”, procurando encontrar nesse processo o “*eu* autêntico” (Selwyn, 1996, p. 24), que existe na imaginação do turista. Se esse “*outro* autêntico” não existe, ou se existe de forma difusa, há que, senão “inventá-lo”, pelo menos recriá-lo (PERALTA, 2003, p. 89).

É nesta invenção do outro que se busca uma identidade cultural, assim, perceber o “outro é perceber a si mesmo”, e é essa identidade inventada que busca dar coesão ao grupo, porém para a indústria do turismo serve também como mercadoria para esse turista que está buscando o “diferente”, seja consumindo o passado ou o futuro.

Outro folder indica um *city tour* ao turista que passará uma semana na Ilha, para o quinto dia, sugere-se

5º Dia

Manhã: city tour ao sul da Ilha para conhecer uma Florianópolis diferente, saindo do século XXI e voltando no passado no povoado de Ribeirão da Ilha, com suas casas típicas açorianas, tombadas pelo patrimônio histórico, e a Capela de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, em contraste com a avançada tecnologia da maior criação de ostras do Brasil; [...] (MINISTERIO DO TURISMO, S/D)

O Guia acima é de autoria do Ministério do Turismo, chamado de *Guia Roteiros do Brasil – Santa Catarina*, esse Guia demonstra as interferências nacionais ao turismo regional, porém não há informações da data. O guia apresenta uma série de imagens do Estado, e para Florianópolis, sugere uma estada de uma semana, sendo no quinto dia³⁴ um passeio ao Ribeirão da Ilha.

Ao analisar as categorias presentes neste Guia, percebemos alguns contrastes no discurso. Anteriormente, o turista teria visitado lugares com características urbanas bastante diferentes do que encontrariam no Ribeirão da Ilha. Assim, o Guia, assim como as fontes já mencionadas, faz um apelo ao retorno ao passado, a construção de um “lugar de memória”, para o consumo do passado. Enquanto a cidade na parte central, leste e norte estava conquistando posições integrando-se na arquitetura e cultura “futurista”, o Ribeirão representaria um lugar estático, que guardaria informações do passado da cidade. Para atrair o turista, além das categorias já mencionadas, mais uma vez a gastronomia é acionada, porém, dessa vez, como algo que representa o “progresso”. Neste sentido, o cultivo de ostras, e a venda dos pratos considerados “típicos” nos restaurantes representariam o desenvolvimento econômico local.

³⁴ O tour é dividido pelas regiões da Ilha, norte, sul, leste e central.

O *Guia Florianópolis Quatro Estações*, diferente dos outros dois mencionados acima, é de autoria do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis - SHRBS. Ele apresenta-se bastante distinto dos demais, em vários aspectos, o que diz muito dos autores e das suas intenções. Utiliza poucas imagens, sendo que as que existem são em tamanho reduzido, reservando maior espaço para as indicações de equipamentos turísticos, como restaurantes, bares, hotéis, atendendo a proposta de seus autores e patrocinadores. Nesta publicação, o Ribeirão da Ilha é apresentado no espaço reservado para “atrativos naturais/praias”, afirmando que é um “local bastante aprazível e de tradicional colonização açoriana”, ressaltando características como: tranquilidade e sossego e destacando a presença da ostra por meio do trecho: “Saborear ostras no Ribeirão é sem dúvida uma tentação.” No trecho acima, é possível perceber as categorias já mencionadas, evidenciando uma apropriação do passado, que ilustra o lugar, como tranquilo e mais uma vez, levando em conta seus autores e a culinária. Neste guia, a ostra aparece mais explicitamente relacionada a culinária local, como podemos observar na frase final.

É possível relacionar essa fonte com texto de Elsa Peralta, *“O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo”* (PERALTA, 2003), buscou-se posicionar como um turista, embora se conheça pessoalmente o Ribeirão da Ilha, é possível perceber que essas premissas são tão eficientes que conseguem fazer com que o leitor, ou o turista crie uma imagem do Ribeirão da Ilha, e seja remetido a essa tranquilidade. Conforme já mencionei anteriormente, se o tipo de turista é aquele que busca o diferente, se for morador de uma grande metrópole, por exemplo, cheia dos sons, cheiros e sabores do “urbano”³⁵, os ares bucólicos podem ser sentidos ao ler que o lugar que se pretende visitar é tranquilo, sossegado. Essas categorias despertam nossos sentidos, e por isso são utilizados no discurso.

Portanto, mesmo que o lugar não seja tão tranquilo e muitas vezes o turista acabe encontrando outras coisas que não as descritas nos folders e guias, o trabalho de “enquadramento da memória” é eficaz ao ponto de nos remeter a esse cenário imaginário, que é resultado da “interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”. (POLLAK, 1989, p. 9), ou seja, as memórias.

O Patrimônio está diretamente relacionado à memória³⁶, que é uma “faculdade da razão”, pela qual ativamos sons, cheiros, imagens, representações do real. O conceito de

³⁵O poder da linguagem é bastante interessante, a categoria urbano relativa a cidade, remete a várias outras categorias como progresso, civilizado entre outros. Diferente de lugares “aprazíveis” (mencionado no Guia) que de certa maneira remetem ao meio rural, lugar calmo tranquilo, sossegado.

³⁶Memória para Chauí (1996, p 125-26) é definida como a “evocação do passado, a atualização, conservando na lembrança do que se foi”.

memória foi tecido por diversos autores, cabe reforçar como o turismo pode apropriar-se dela para atender suas demandas. Segundo Pollak,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” (POLLAK, 1989, p. 9)

Neste sentido, a memória ativada pelo turista, e inventada pelo campo discursivo do turismo, teria a função de não só reconhecer o diferente como despertar esse “sentimento de pertencimento”, tratado por Pollak (1989) no trecho acima, do seu próprio grupo social. Pollak, refere-se a determinada construção da memória para reforçar a identidade social do grupo. A indústria do turismo, em todos os lugares que interage com o passado, articula com a memória, “enquadrando” uma série de “pontos de referência”³⁷ que dão significados ao lugar, atraindo os turistas que se interessam em consumir o “passado”. Assim, apropriam-se das categorias construídas nos campos da História e do patrimônio para “recriar” o passado.

No capítulo anterior, o Distrito do Ribeirão da Ilha foi trabalhado como um “lugar de memória” construído e ressignificado pelos campos da História e do patrimônio. Porém, os campos do patrimônio e do turismo se entrelaçam, pois já no estudo sobre o Ribeirão da Ilha de 1985, os autores demonstram essa relação que estabelecem entre turismo e patrimônio,

A geração local de renda é inexpressiva, o **turismo** surge atualmente como um suporte econômico promissor. Contudo, geralmente o turismo quando não controlado, serve como fator de destruição de valores tradicionais que serviram de atrativo inicial. Associa-se ao processo de especulação imobiliária e acelera-se o processo de substituição e destruição da arquitetura e população local.

Um projeto bem equacionado disciplinará o uso turístico, dinamizando-o a ponto de com a preservação cultural elevar a renda local (VEIGA et al., 1983, p. 2)”

Ao dizer que a “preservação local” poderá elevar a “renda local”, os autores se aproximam do discurso preservacionista do órgão nacional do patrimônio – IPHAN e ainda ao municipal, SEPHAM.

Em pesquisa nas mídias eletrônicas, identifica-se um site mantido em parceria com o Conselho Comunitário do Ribeirão da Ilha e equipamentos turísticos do Distrito. A primeira página do site está representada na figura abaixo:

³⁷Os pontos de referencia foram tratados por Pollak (1989), como “indicadores empíricos da memória coletiva”, são, em outras palavras, as categorias que legitimam o discurso.

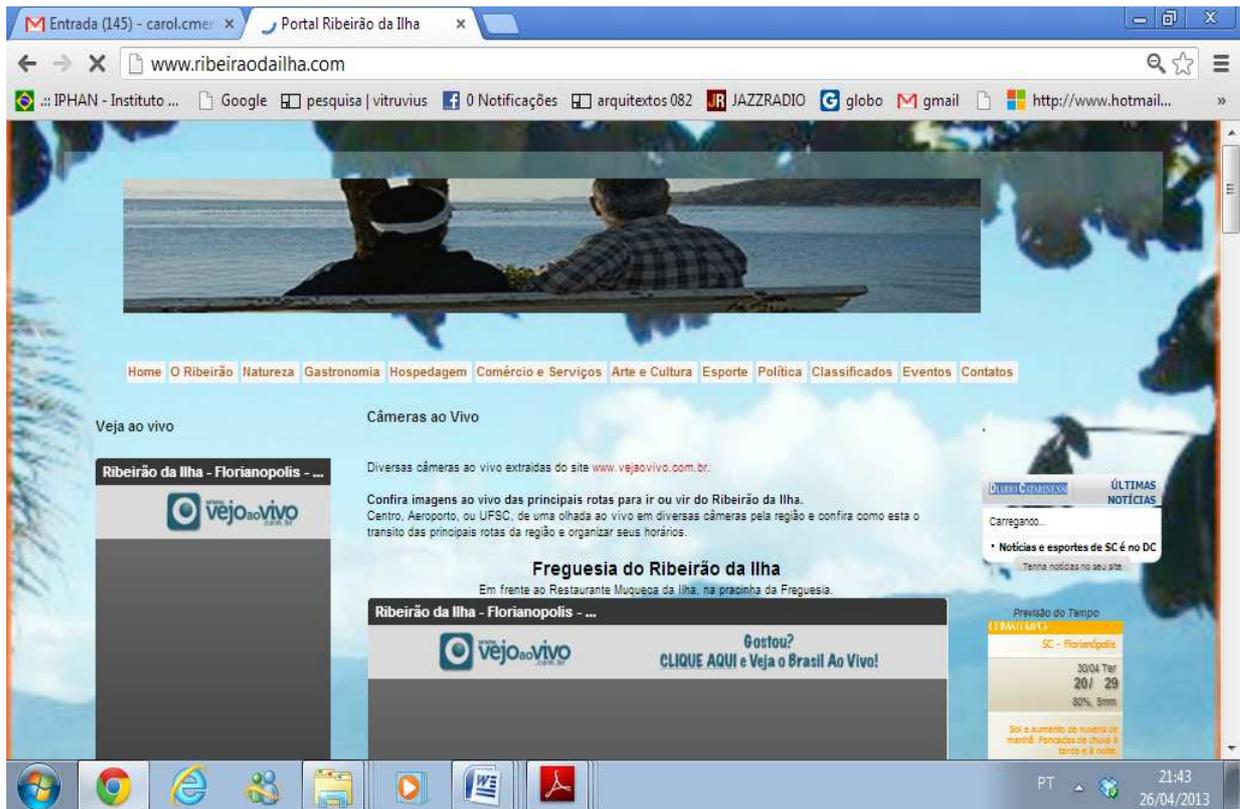


FIGURA 6: Disponível em www.ribeiraodilha.com.br, acesso em 29 de Abril de 2013.

Ao analisarmos o site é possível notar a imagem de duas pessoas sentadas olhando o mar. Assim, a imagem reproduz o discurso que observamos em todos os folders e Guias aqui mencionados, explicitando a tentativa de construir uma “memória coletiva” do Ribeirão da Ilha como um lugar tranquilo, sossegado, de bela paisagem.

Nesta representação estabelecida no site, as imagens selecionadas ressaltam as categorias discursivas mencionadas nas demais fontes pesquisadas. É o trabalho árduo de “enquadramento” de categorias que dão estabilidade a memória que se pretende para o Ribeirão da Ilha. Na figura 7, apresentada abaixo, o casario tombado pelo patrimônio do município, exemplifica os usos do patrimônio pelo turismo. Onde o turismo apropria-se daquilo que é preservado para recriar um cenário que garanta visibilidade turística para o lugar



FIGURA 7: Site sobre o Ribeirão da Ilha – Disponível em www.ribeiraodilha.com.br, acesso em 29 de Abril de 2013.

O site apresenta várias opções de acesso (natureza, gastronomia, hospedagem, comércio e serviços, esporte, política, classificados e eventos.). Uma das opções é sobre arte e cultura, dentro desta opção há quatro subitens: arquitetura, folclore, artistas, feiras e exposições e coluna, se clicarmos em uma dessas opções abre a opção para o cadastro de artistas, que não tem nenhum cadastrado.

Interessante perceber que, dentro desta aba, a maioria das categorias dizem respeito a aspectos culturais ressignificados para atender a demanda do turista.

Na aba gastronomia, existem três subitens: restaurantes, lanchonetes e encomendas³⁸. No subitem restaurante, por exemplo, como podemos notar na figura 8 abaixo, são poucos restaurantes cadastrados, apesar de existirem outros no Ribeirão da Ilha.

³⁸Para publicar no site paga-se uma taxa.

The screenshot shows a web browser window displaying the website www.ribeiraodilha.com.br. The page features a navigation menu with categories like Home, O Ribeirão, Natureza, Gastronomia, Hospedagem, Comércio e Serviços, Arte e Cultura, Esporte, Política, Classificados, Eventos, and Contatos. A central table lists several restaurants with their names and descriptions. To the right, there is a sidebar with a 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS' section containing news snippets and a weather forecast for Florianópolis.

Nome do Bar / Restaurante	Descrição
Porto do Contrato	Elegância e sofisticação, num ambiente com paisagem exuberante e prato deliciosos!
Osteria Umas & Ostras	Na beira da praia, dos centenários casarios açorianos... Cercado de belezas pela história viva do Ribeirão da Ilha... Nosso cardápio, especializado em f mar, traz nos temperos todo o sabor dessa rica herança cultural, aliada a ur seleção dos produtos que oferecemos aos nossos clientes. Conheça, encant breve...
Engenho do Vô	Culinária típica açoriana, numa antiga casa de engenho, com mais de 200 história!
Passos Salgados	Venha saborear nosso pastel frito na hora, o melhor chopp artesanal do sul nossos deliciosos salgados, fritos ou assados.
Boteco do Neto	A melhor empada do Ribeirão, de frente pro mar.
Prensadão da Ilha	Lanches e refeições
Nostradamus	Experimente a melhor e única ostra depurada do Brasil. Além de um belo i deliciosos pratos.

FIGURA 8: Site sobre o Ribeirão da Ilha – Disponível em www.ribeiraodilha.com.br, acesso em 29 de Abril de 2013.

No site, constam apenas os restaurantes: “Porto do Contrato”, “Osteria Umas & Ostras”, “Engenho do Vô”, “Passos Salgados”, “Prensadão da Ilha” e “Nostradamus”, o que demonstra o interesse econômico e não informativo como se propõe o site, pois só são representados aqueles estabelecimentos que pagam a taxa para o site

No link “O Ribeirão”, os subitens são: “apresentação”, “aspectos históricos”, “aspectos geográficos”, “localização” e “pesca e maricultura”. Sobre os aspectos históricos, vejamos um trecho

O centro histórico, sede da antiga Freguesia, é um dos mais antigos núcleos de colonização açoriana, fundado em meados do século XVIII. O cenário é expressão da arquitetura colonial portuguesa, constituído pelas casas geminadas, alinhadas na rua fronteira ao mar e dispostas ao redor da praçinha, tendo a igreja na cabeceira. A Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Sé da Paróquia, foi inaugurada em 1806, construída pelos senhores e seus escravos, em alvenaria de pedra, cal e azeite de baleia, vindo da Armação. Faz parte de um conjunto arquitetônico preservado por lei municipal de 1975, juntamente com o cemitério, aos fundos, e ao lado, o Império do Divino Espírito Santo, local da Festa do Divino, tradição religiosa açoriana.

O site, nomeado como Ribeirão, aparentemente, representa todo o distrito. No entanto, ao traçar seu “histórico” inicia seu discurso falando apenas da Freguesia, aquela localidade protegida por Lei municipal, por ser de “interesse turístico”. Analisando o texto percebemos em, “é um dos mais antigos núcleos de colonização açoriana”, já enfatizado anteriormente o apelo à ascendência açoriana e portuguesa. Assim, a frase “o cenário é expressão da arquitetura colonial portuguesa”, também reforça essa perspectiva histórica.

Neste trecho, um aspecto bastante interessante também merece destaque. O fato de mencionarem que “faz parte de um conjunto arquitetônico preservado por lei municipal de 1975”, se o poder municipal é o lugar legítimo para falar sobre patrimônio, citá-lo nada mais é que respaldar o discurso que se está proferindo.

Na “apresentação” os autores do site demonstram seus interesses e intenções

Ajuntar num mesmo balaio, história e informação, folclore e prestação de serviços, tradição e atualidades. Tecer rendas com lendas, fatos e artesanatos, formando uma colcha de retalho que retrate “**os raros casos e ocasos**” do Ribeirão da Ilha. Cultivar versos do [Poeta do Brejo](#) junto a contos de Cascaes, laçar Boide-Mamão, cantar o Divino, pular Zé Pereira. Pescar na **memória coletiva do nativo ilhéu as raízes mais profundas da cultura popular**, e traduzi-la para a linguagem universal das redes virtuais. **Construir uma ponte entre passado, presente e futuro**, valorizando a imensa riqueza da nossa **herança** e alertando para a extrema importância da sua preservação e socialização. Esta é, portanto, uma iniciativa que pretende lançar um olhar carinhoso, porém crítico, sobre a gente e as maravilhas desse **recanto idílico**, desenvolvendo juntamente com a comunidade local um espaço totalmente dedicado aos “manezinhos”: aos nativos e aos adotivos, aos de estação e outros tantos de coração...(grifos meus) (*kalunga*, 2013)

Nota-se claramente, o uso da linguagem, o “manezes”, sobre as questões linguísticas ou o falar do “nativo” da Ilha. A linguista Cristine Görski (2004), trabalha em seu artigo com os aspectos que distinguem o “manezinho” do interior da Ilha, o turista, e os “manezinhos urbanos”, por meio de trabalho com o vocabulário dos “nativos” da Ilha através de entrevistas com diferentes grupos. Porém, se no trecho do site o autor inicia com expressões “manezinhas”, há uma linguagem bastante formal posteriormente, e se levarmos em consideração o tipo de público que acessa e se interessa pelo site, é possível que não compreenda esse vocabulário.

Segundo Fantin (2000), o termo “manezinho” era empregado para denominar aqueles que nasceram na Ilha de Santa Catarina, considerados como “nativos” que tinham origem açoriana e uma fala bastante peculiar. O termo tinha um sentido bastante pejorativo no início da década de 1980, porém, no final desta mesma década o termo foi ressignificado, com a intenção de manter aquilo que havia sido eleito como tradicional da ilha. Atualmente, o termo

tem sido empregado como uma verdadeira “identidade” dos “nativos” da Ilha de Santa Catarina.

O site demonstra uma das intenções do site no trecho, “*pescar na memória coletiva do nativo ilhéu as raízes mais profundas da cultura popular, e traduzi-la para a linguagem universal das redes virtuais.*” e “*valorizando a imensa riqueza da nossa herança e alertando para a extrema importância da sua preservação e socialização*”. se a memória serve para manter a coesão do grupo (POLLAK, 1989), se o interesse é despertar sentimentos de pertencimento, é possível perceber essa estratégia nestes trechos. Segundo Pollak,

Manter a coesão interna e defender a fronteira daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência “(POLLAK, 1989, p. 9)

Neste sentido, consta no site que é de “extrema importância preservar” e socializar essa memória revelando as intenções de “defesa das fronteiras do que esse grupo tem em comum”. Além disso, para que o grupo permaneça coeso, os pontos de referência precisam ser constantemente reafirmados, ou seja, ressaltar o folclore, o ser e fazer nativo, o tradicional. Há uma relação direta do site com o Conselho Comunitário, pois é um lugar utilizado para reproduzir o discurso da instituição em relação à comunidade.

Nas linhas finais do trecho o autor do trecho do site diz que o “*espaço totalmente dedicado aos “manezinhos”*: aos nativos e aos adotivos, aos de estação e outros tantos de coração”. Porém, na prática, somente aqueles que estejam envolvidos na lógica de mercado e que podem pagar para ter suas informações divulgadas, são representados, conforme demonstrado em análise da página.

Todas as séries documentais analisadas nesse capítulo demonstram a trama que envolve a intenção de dar cidade uma visibilidade turística, sendo que alguns elementos do passado e desenvolvimentistas são evidenciados e outros silenciados. Interessante perceber que para esse enquadramento da memória ter sucesso é preciso eleger alguns signos, pontos de referência ou as “muletas da memória”. Neste sentido, essas “muletas da memória” estruturam a memória recriando um cenário de passado.

Capítulo 3- Ribeirão da Ilha: As “muletas da memória” e a invenção do lugar

A pesquisa que resultou nesse trabalho de conclusão de curso foi desenvolvida por meio de diferentes estratégias metodológicas definidas como necessárias para a investigação do tema proposto. Considerando que a experiência turística é mediada pela construção de um imaginário, é de extrema importância que a investigação do lugar seja *in loco*. Assim, foi preciso estabelecer um roteiro, a partir de um objetivo previamente selecionado. Visava-se perceber como se construiu o Ribeirão da Ilha a partir de uma “invenção identitária”. Ressaltou-se a presença de determinado grupo étnico, o açoriano, permitindo a “invenção do lugar”, por meio de um processo de patrimonialização e turistificação. Porém, as considerações alcançadas levaram a outra perspectiva que revelou um Ribeirão da Ilha ainda mais complexo.

Considerando que a experiência empírica é um importante instrumento para produção de um conhecimento histórico, além de possibilitar a interação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, pretendeu-se com a investigação *in locu* a busca de dados relevantes para interagir com as demais fontes estudadas e ainda compor uma nova série de documentos para análise compreensão do tema pesquisado.

Para interpretação do campo de pesquisa, partiu-se das categorias, patrimônio, turismo, historiografia, relação entre passado e presente, espaço e tempo, alimentação, típico, tradição e identidade para análise da “arquitetura”, dos restaurantes, da comida, impressões sobre visitantes (turistas) e moradores. Buscou-se, em cada um dos restaurantes observar quais elementos objetivavam a evocação do passado, a invenção de tradições, a exaltação de determinado grupo étnico, e, a partir disso, perceber os elementos legitimadores da patrimonialização e turistificação e questionando a todo o momento: quais as estratégias de “enquadramento da memória” utilizada nos locais?

A primeira imagem do Ribeirão da Ilha, além daquelas da memória fragmentária³⁹, foi a da entrada, na qual evidenciaram-se comércios⁴⁰, logo no início, que diferem bastante daqueles da Freguesia do Ribeirão. Na figura 9 que representa a entrada do Distrito do Ribeirão da Ilha, podemos ver alguns desses comércios.

³⁹Trata-se de memórias fragmentárias aquelas já adquiridas em outros contatos com o lugar.

⁴⁰ Enquanto que no perímetro tombado os comércios voltam-se a arquitetura considerada “açoriana”, nesse início do Distrito não nenhuma referencia a essa arquitetura.



FIGURA 9: Início da Rodovia Baldicero Filomeno – Ribeirão da Ilha – Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

O início da Rodovia Baldicero Filomeno – Alto Ribeirão no Distrito do Ribeirão da Ilha como é possível observar na figura acima, não possui nenhum “ponto de referência” à cultura açoriana. Como visto nos capítulos anteriores, os campos do turismo e patrimônio apropriaram-se desse aspecto cultural, reinventando-o e tornando-o, no caso do turismo, como um produto. Na figura 10, temos a localização geográfica do Alto Ribeirão, e dos demais sítios que compõe o Distrito do Ribeirão da Ilha.

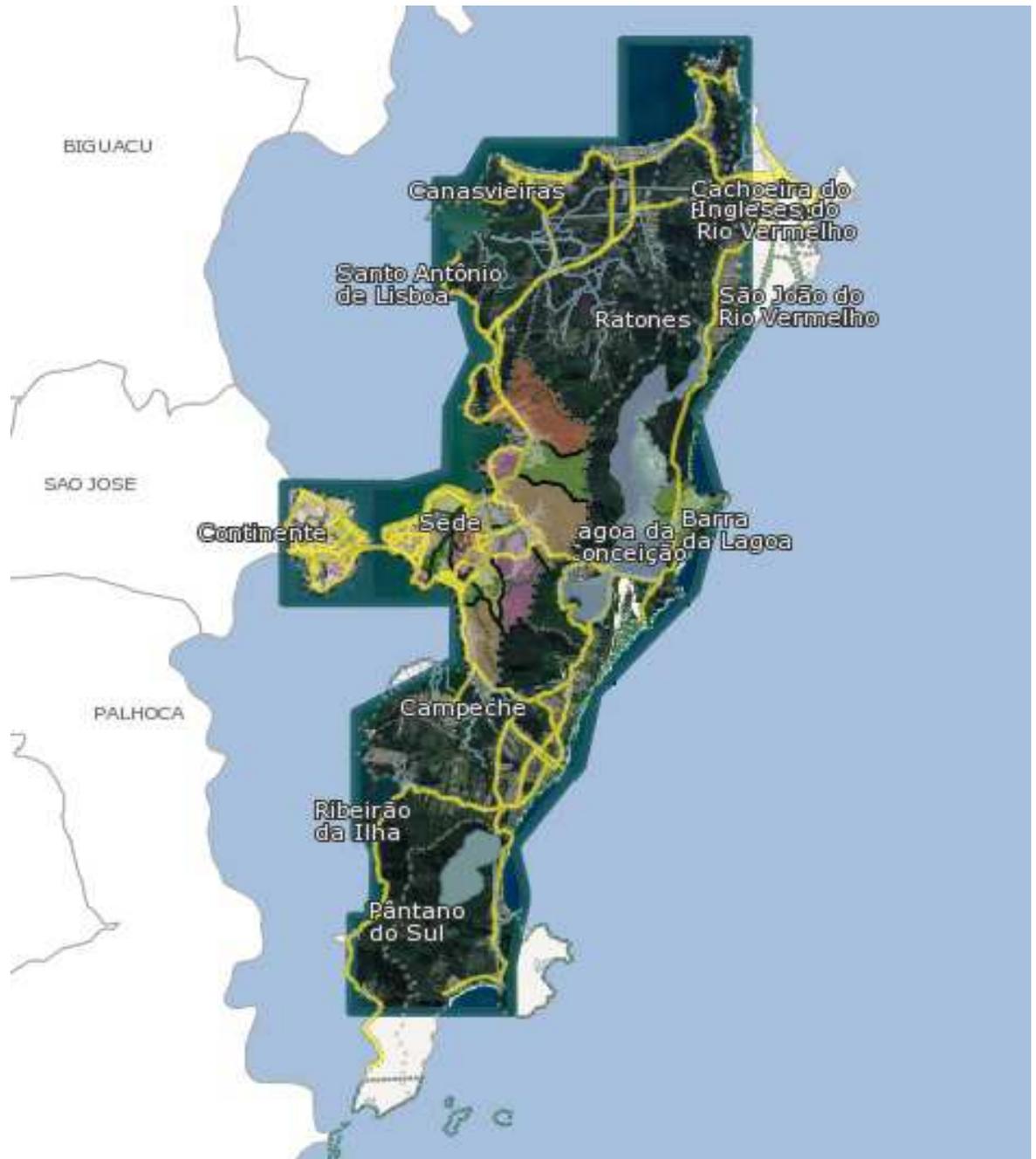


FIGURA 10: mapa dos bairros: Fonte: www.geo.pmf.sc.gov.br, acesso em nov. 2014.

A visita ao Ribeirão da Ilha teve início em um velho engenho desativado (figura 11), lá havia um Senhor, que deu os nomes dos atuais proprietários do velho engenho e mencionou que cuida dos animais e era, à época da pesquisa, o caseiro.



FIGURA 11: “engenho desativado”: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

Esse engenho desativado estava localizado no Alto Ribeirão, logo no início da Rodovia Baldicero Filomeno, número 257. Observando o seu estado de conservação e verificando qual o perímetro tombado (vide anexo I), podemos concluir que, não segue os mesmos padrões de preservação dos imóveis localizados na Freguesia do Ribeirão da Ilha, por não pertencer à APC. O que leva a se considerar que há um bairro dividido entre o que foi eleito para ser patrimonializado e turistificado e o que ficou de fora dessa eleição.

Passando alguns quilômetros do ponto acima, nota-se o Clube Bandeirantes⁴¹ em ruínas, e logo à frente o restaurante Estação Ribeirão. Privilegiou-se analisar os restaurantes considerando que um dos produtos mais utilizados pelo Turismo Cultural é a gastronomia. Partindo das categorias selecionadas, observaram-se no interior dos restaurantes quais elementos eventualmente buscavam evocar o passado, e se havia algum aspecto eleito como pertencente à cultura açoriana.

⁴¹ Bandeirante Recreativo Futebol Clube – Fundado em 1930, localizado no Alto Ribeirão na Rodovia Baldicero Filomeno.

3.1. As estratégias de “enquadramento da memória” nos restaurantes do Ribeirão da Ilha



FIGURA 12: Fachada do restaurante Estação Ribeirão: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

Apesar de a pesquisa ter se estendido por toda a Rodovia Baldicero Filomeno, adentrando por todos os estabelecimentos. Optou-se, nesse momento, por alguns dos restaurantes visitados, considerando o tempo e espaço no qual o trabalho se limita e ainda que os lugares escolhidos representassem aquilo que se buscava pretendia para a pesquisa, ou seja, como os empreendimentos turísticos agenciavam o passado e a memória.

O restaurante representado na figura 12 oferece um *buffet* livre, e no dia da pesquisa o valor era dezoito reais. Ele não pertence ao perímetro patrimonializado, no entanto, no decorrer da pesquisa foi possível observar alguns elementos bastante interessantes, de apropriação de objetos que buscavam reproduzir o passado, com a exposição de objetos “antigos”, como se fossem “as muletas da memória”. Nota-se na figura abaixo, os relógios, o ferro de passar, o cartão ponto, a máquina de costura.



FIGURA 13: Interior do restaurante Estação Ribeirão: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

Diferente dos demais restaurantes analisados, esse, especificamente, possuía objetos “antigos”, mas não havia uma intenção de evocação da cultura açoriana propriamente. Parece que o objetivo era legitimar o nome “Estação Ribeirão”, como um lugar de passagem. A referência à “Estação”, supostamente anunciaria que o visitante (turista), almoçaria e seguiria rumo ao “passado” que o esperava na Freguesia do Ribeirão da Ilha. No entanto, não é possível saber exatamente quais as intenções de quem selecionou e organizou aqueles objetos. Segundo informações dos funcionários, eles pertencem ao acervo pessoal do proprietário.

É interessante questionar porque o restaurante não evoca a “açorianidade”, tão presente nas fontes analisadas nos capítulos anteriores. Será um indício que esse discurso não é tão presente no perímetro não tombado? Será que é uma forma de negação desse discurso de açorianidade? O cenário construído não é necessariamente aquele que se idealizou para a freguesia. Ao que parece ele evoca um passado qualquer, mas reafirma a intenção de inserir o Ribeirão da Ilha como parte do passado, como o marco inicial da cidade.

Seguindo em frente, ainda no Alto Ribeirão, chamou atenção, uma reprodução arquitetônica dos “casarios açorianos” da Freguesia, construídos no final de 2012, representado na figura 14



FIGURA 14: Reprodução dos “casarios açorianos” – Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

Para analisar a figura acima, aproprio-me do artigo de Alessia de Biassi, “Ficções arquitetônicas para a construção da identidade” (DE BIASSI, 2001), nesse caso especificamente, não são as casas açorianas restauradas, mas contemporaneamente construíram-se pequenas salas comerciais com as características da “arquitetura açoriana” com fins claros de atração turística, o que não se distancia das intenções em se preservar os casarios antigos. Ambas as estratégias, além de revelarem o discurso indenitário, visam a turistificação do lugar. Elegeu-se a arquitetura açoriana como tradicional do Ribeirão da Ilha, conforme trabalhado nos capítulos anteriores, pois esse foi o discurso vencedor que elegeu o que deveria ser preservado, e na figura acima percebemos claramente essa “invenção do passado”.

O segundo restaurante visitado foi o chamado “*Engenho do Vô*”, localizado também no Alto Ribeirão, figura 15:



FIGURA 15: Entrada do Bar e Restaurante Engenho do Vô - Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

O restaurante também oferece um *buffet* no almoço e a noite, trabalha com cardápio *a la cart*. Ao chegar no restaurante, pude observar vários elementos de reprodução do passado evidenciados na decoração do lugar. O restaurante acaba se constituindo como um “lugar de memória”, e por meio de diversos “pontos de referência”, tais como o engenho, a renda de bilro, o balaio, entre outros, que remetem a “cultura açoriana”, ou aquilo que foi eleito e ressignificado como tal. Isso ocorre, pois o turismo é um campo de “imaginários” e “representações”.



FIGURA 16: Interior do Restaurante “Engenho do Vô”: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013

Ao selecionar o que fica exposto para o cliente, o restaurante acaba construindo um cenário ficcional do que seria um “engenho”, elementos eleitos como parte da cultura açoriana, assim como a renda de bilro, representada, acima, na figura 16.

No interior do “*Engenho do Vô*”, uma série de categorias materializadas em peças (balaio, rendas de bilro, engenho, farinha, redes de pesca, imagens de pescador) “inventam” “tradições” e “identidades”. Essas peças estrategicamente colocadas, nas mesas, nos cantos dos ambientes, já representa um cenário ficcional, um “legítimo” Engenho do Vô. Assim, constituem-se como elementos do “enquadramento da memória” que se pretende para o lugar.

O *buffet* colocado em panelas de barro, servia no dia da pesquisa, frutos do mar, que são elementos culinários diretamente relacionados com cada um dos objetos da decoração apresentada, como as redes de pesca e a imagem do pescador que procuram remeter o restaurante a uma identidade que se pretende forjar para o Ribeirão da Ilha. Embora esteja localizado um pouco distante do perímetro tombado, cria um cenário ficcional que acaba atraindo os turistas interessados nesse tipo de turismo. O turismo redimensionou a lógica da patrimonialização, mesmo que sob uma ótica de mercantilização. É partir desse Turismo

Cultural que se iniciam diversas Políticas Públicas de Preservação, pois ambos os campos Turismo e Patrimônio caminham juntos.

De todo modo, os “pontos de referência” que compõe o acervo da decoração do restaurante e toda a sua arquitetura, visam como a maioria dos restaurantes do perímetro tombado, estruturar a memória dos clientes. Ocorre uma contradição tendo em vista que o primeiro ponto visitado nesta pesquisa era um engenho desativado e em ruínas, utilizado para outros fins. Esse restaurante se apropriou do elemento do passado, que também era um engenho, utilizando de signos para recriação do cenário do antigo. Painéis de barro, frutos do mar, renda de bilro, redes de pesca, configuram-se como as “muletas da memória”, os “pontos de referência” capazes de estruturar a memória dos visitantes e moradores. Segundo Pollak (1992), “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (1992, p. 204)”, para que essa memória seja constantemente reativada existem essas muletas da memória, que permitem lembrar, conforme já analisado anteriormente, a imagem que o turismo constrói para o lugar, que, muitas vezes, já vem previamente, estruturada por meio dos cartões-postais, dos sites de viagem, dos Guias e dos folders. Assim, o que será visto no lugar, pode reafirmar essa memória previamente construída. Os proprietários desses estabelecimentos percebem isso e corroboram para a materialização desse imaginário.

Já as margens da praia encontramos o restaurante Porto do Contrato, representado na figura abaixo. Logo na entrada, uma série de categorias simbólicas são representadas, como boneco “pescador”, e um texto que se apropria de uma narrativa histórica sobre o Porto do Contrato, localizado no Ribeirão da Ilha e desativado, visando criar um cenário atrativo para os turistas. Analisando a figura abaixo, podemos perceber esses elementos:



FIGURA 17: Entrada do Restaurante Porto do Contrato. Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

O Porto do Contrato, não está inserido no perímetro tombado, mas por estar localizado aonde seria um dos Portos da Freguesia do Ribeirão, é evidenciado no discurso do Patrimônio, do turismo e da História. Agencia-se nesse restaurante uma narrativa histórica para legitimar o lugar, que não apenas leva o nome, mas geograficamente o antigo porto estaria no mesmo local ressignificando-o através da apropriação do passado.

Segundo Pereira *et al* (1991), o Porto do Contrato estava localizado inicialmente próximo à foz do Rio de mesmo nome, porém mais tarde se deslocou 500 (quinhentos) metros ao sul.



FIGURA 18: “vista para o trapiche do Porto do Contrato”. Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013

Na figura 18, possivelmente estão representados os molhe de pedras do antigo Porto do Contrato (PEREIRA, et al, 1991), ao lado o restaurante de mesmo nome.

Interessante perceber que é bastante evidente um apelo ao “passado”, para a construção de uma memória coletiva. Especificamente no Porto do Contrato, o trabalho de “enquadramento da memória” é um pouco mais sofisticado, pois ele auto intitula-se como um “lugar de memória”. Por meio de vários objetos no interior do restaurante uma série de estratégias são reveladas. O fato de haver na entrada uma narrativa histórica, como já mencionado, elaborada por um locutor legítimo, um historiador, remonta o que afirma Pollak,

há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores. Temos historiadores orgânicos, num sentido tomado emprestado de Gramsci, que são os historiadores do Partido Comunista, os historiadores do movimento gaullista, os historiadores socialistas, os sindicalistas etc., cuja tarefa é precisamente enquadrar a memória. (POLLAK, 1992, p. 206)

Neste sentido, a presença de um historiador e uma narrativa histórica logo na entrada representa uma das estratégias desse enquadramento. Não obstante, no caixa do restaurante há

o livro de Nereu do Vale Pereira (1990), *Ribeirão da Ilha: vida e retratos – um Distrito em destaque*, que fica disponível para os clientes folhearem. Na figura 19, evidencia-se uma importante estratégia de “enquadramento da memória”, a apropriação de uma narrativa histórica para construção de um “lugar de memória”. Neste mesmo livro, encontra-se a justificativa histórica para o nome do restaurante, a sua localização geográfica aonde seria o antigo Porto do Contrato, evidenciando o discurso legitimador de sua posição no lugar.

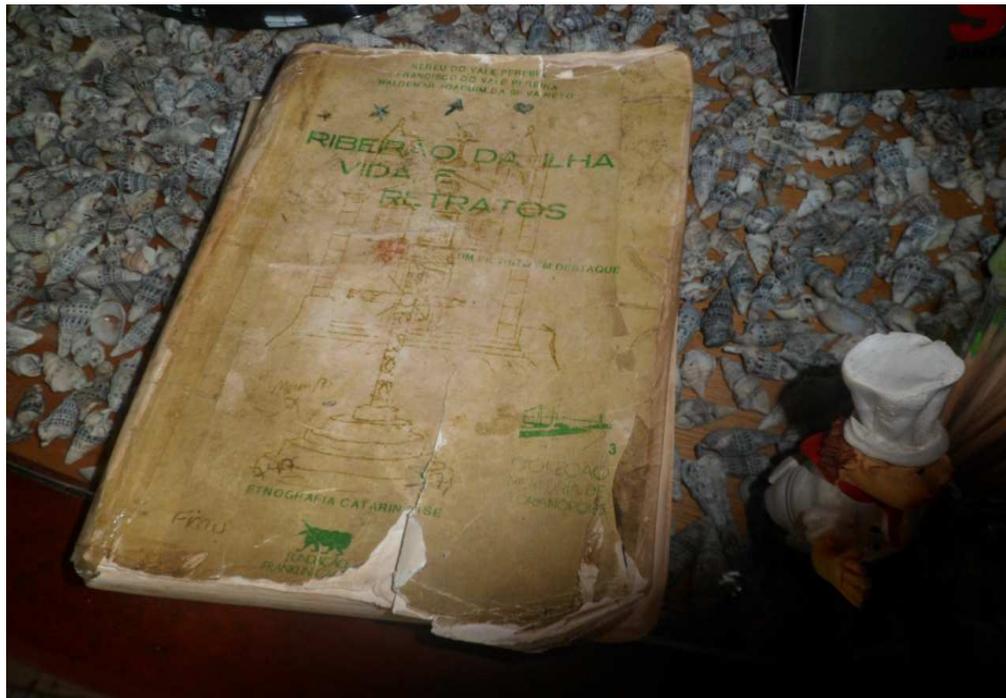


FIGURA 19: Livro apresentado aos clientes no balcão do Restaurante Porto do Contrato: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013

Michael Pollak (1989) afirma que “se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de” historiadores da casa. (POLLAK, 1989, p. 10). Neste sentido, um “historiador da casa” não criticará e nem contestar, sim encontrar meios para “justificação” da memória enquadrada para aquele determinado grupo. Não apenas os historiadores, mas são eleitos locutores legítimos, normalmente institucionalizados. Trata-se de um enquadramento multidisciplinar, como já mencionado nos capítulos anteriores. No caso do Ribeirão da Ilha, um locutor legítimo, especificamente, destacou-se para defesa etnográfica da “açorianidade” florianopolitana, o professor Nereu do Vale Pereira, sociólogo, economista e folclorista, escreveu uma série de trabalhos aonde evidenciou de maneira

incisiva o “ser açoriano”. Em uma reportagem, no do Jornal AN Capital de 1999, cujo título era “O sentimento açoriano de Nereu”, o autor é colocado como esse “locutor legítimo” quando se trata de “açorianidade”. O trabalho representa em linhas jornalísticas a trajetória pessoal e profissional de Nereu, justificando seu interesse pela açorianidade por ser de “descendência” direta açoriana.

Em seus trabalhos, tanto de cunho folcloristas, quanto os acadêmicos, destacam-se as “invenções de tradições”, da Ilha e o “ser e fazer ilhéu”. Em *Ribeirão da Ilha: Vida e relatos*, o autor enfatiza o açoriano como formador do Distrito; em outros trabalhos como⁴², *Sobre a pombinha açoriana* (1988), *Contributo açoriano para formação do mosaico cultural catarinense* (2003), dentre outros, destaca a presença açoriana na Ilha.

Os discursos presentes nestes trabalhos seriam a articulação entre “saber e poder”, ou seja, o lugar de onde o autor fala permite a construção de uma série de categorias que justificam a etnia açoriana “soberana” na Ilha e, sobretudo no Ribeirão da Ilha. Segundo Pollak (1992), há um trabalho de “enquadramento da memória” realizado por historiadores, neste caso, embora não seja historiador, o autor apropria-se de um processo histórico e o corrobora para construção de uma “memória coletiva”. Desse modo, com o trabalho desses interlocutores, é que se dá a sutileza que permite que esses lugares sejam tornados monumentos.

É interessante perceber que para se mencionar o Porto do Contrato e sua historicidade, a maioria dos trabalhos analisados nessa pesquisa utiliza-se da narrativa histórica de Nereu do Vale Pereira.

Para Meneses (2006), “há mediadores entre a busca curiosa de conhecimento e o passado, e esses mediadores são de várias ordens, mas, sobretudo devem estar integrados”. Para esta pesquisa trato de mediadores os interlocutores. Como mencionado acima, no caso do Ribeirão da Ilha, Nereu do Vale Pereira configura-se como mediador/interlocutor dando legitimidade ao discurso do patrimônio e do turismo, caracterizando-se por um “guardião da memória”, como vimos no primeiro capítulo. Enquanto chefe do departamento de sociologia da UFSC, o autor colocava-se como um defensor da preservação do Ribeirão da Ilha. Fundador da SAPDRI. Interpôs projetos junto a câmara Municipal para salvaguardar os bens eleitos lugares de memória do Ribeirão da Ilha. Segundo Pollak (1992), “[...] cada vez que

⁴²Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina; Origem e raízes do Boi-de-mamão catarinense; Ritos de Passagem (1975); Folclore ergológico (1979); O sentimental e o folclórico Pão por Deus (1980); Do fato folclórico ao fato turístico (1981); As festas do Divino Espírito Santo- origens (1985); A arte da baleeira (1991); Mandioca e tradição (1992); A simbólica do Espírito Santo (1997); A flor símbolo de Santa Catarina;

uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização (POLLAK, 1992, p. 206)”. Assim, esses interlocutores realizam um constante trabalho de manutenção e reativação dessa memória, por meio, de constantes intervenções seja nas reformas, seja através de documentos oficiais encaminhados as comunidades visando “conscientizá-las” sobre o que deve ser preservado e por qual motivo.

No caso do Porto do Contrato, além do Guia da Abrasel, Guias e Folders turísticos, a presença desse livro, de Nereu do Vale Pereira, é sem dúvida um artifício de legitimação. O entrelace dessas séries discursivas, tanto as imagens, os acervos, o artesanato exposto para os clientes, conferem ao Ribeirão e aos próprios equipamentos esse status de “lugar de memória”.

Uma questão bastante pertinente é que quando se reduz a memória e elege-se determinado grupo étnico como legítimo, busca-se homogeneizar essa memória, enquadrando os pontos de referência. Desse modo, é possível que o historiador investigador perceba as disputas discursivas que ocorrem em torno dela.

Seguindo a pesquisa, cheguei até o restaurante *Ostra da Ilha*. Lá não havia muitos objetos decorativos, apenas alguns utensílios de pesca artesanal, que compõe a rede de símbolos para confirmar a memória coletiva sobre o lugar, relacionada às atividades pesqueiras no mar. Havia um trapiche que dava vista para o mar do Ribeirão da Ilha, e assim como o Porto do Contrato possuía alguns dos mesmos folders institucionais do Distrito, disponíveis para que os clientes retirassem.

Em relação aos trapiches, vale ressaltar uma frase que contem no Guia Turístico, *Floripa para viajantes (2003)*, que compõe o acervo pessoal da autora. No Roteiro 12, que seria a visita ao Ribeirão da Ilha, afirma-se que “ao longo da rodovia, encontram-se os vários restaurantes da Rota das Ostras, quase todos com trapiches avançando sobre as águas calmas (p. 146)”. Assim como em outros guias, a evidência da propaganda turística para a vista e acesso ao mar ficam bastante acentuadas. Ressalta-se que esses restaurantes têm os valores dos pratos mais caros, possivelmente porque agregam aos seus produtos as características da paisagem local, com maior potencial para atrair os turistas. Segundo Meneses (2006)

A visão de quem busca conhecer o passado identitário de determinado grupo social não é apenas um sentido neutrofisiológico a cumprir as funções biológicas de olhos e de olhares. Assim não sendo, exige-se que seja uma visão instituída culturalmente. Para tanto, seria necessário que o atrativo turístico de caráter histórico-cultural fosse tomado como a junção dinâmica de tempos históricos distintos, em uma amplitude em que o historiador visualiza historicidade do tempo. (MENESES, 2006, p. 23)

Neste sentido, os restaurantes analisados acabam por apropriar-se de signos pré-naturalizados como pertencentes ao Ribeirão da Ilha. Assim, o turista/visitante cria uma imagem do que encontrará. Certos elementos são evidenciados e materializados pelo discurso do turismo e por esse motivo os restaurantes precisam se adequar ao que se espera ver e consumir. No caso do *Ostra da Ilha*, o cardápio *a la carte* oferecia uma série de opções de pratos com frutos do mar e a evidência maior era para uma decoração voltada para utensílios da pesca artesanal e cestos de cipós, que são comumente mencionados no discurso do turismo. Na figura 20, apresentada abaixo, temos a fachada do restaurante e uma vista para o trapiche:



FIGURA 20: Fachada e vista Trapiche do restaurante Ostra da Ilha: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

Como podemos observar o restaurante *Ostra da Ilha* não apresenta nenhum objeto que vise a evocação do passado na sua fachada, apenas no seu interior, onde a uma representação não tão elaborada quanto os demais restaurantes através dos elementos da pesca artesanal e dos cestos.

O restaurante *Rancho Açoriano*, representado na figura abaixo, assim como o Porto do Contrato e o Engenho do Vô, trazem, não só elementos que visam a evocação do passado, mas possui as mesmas intenções de se tornar um lugar de memória. Nesse restaurante, especificamente, não foi difícil trabalhar as categorias de análise da pesquisa, pois o próprio nome já se apropria da “identidade” forjada do açoriano como atrativo. Mas essa “identidade” forjada já está presente nos discursos do turismo. Assim, o que se busca é satisfazer o

interesse do turista/visitante, adequando-se ao discurso historiográfico, do patrimônio e do turismo, que estão absolutamente interligados, como se cada um justificasse o outro.

Na figura 21, temos a apresentação da fachada do restaurante. À época da pesquisa possuía um quadro com uma canoa, representando por meio da arquitetura e decoração um rancho açoriano. Alguns objetos no interior do restaurante são relacionados a pesca que, por sua vez está representada no cardápio oferecido aos clientes, visto que os frutos do mar são os itens mais destacados.



FIGURA 21: Fachada do restaurante “Rancho Açoriano”: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

Os funcionários informaram que o Guia Quatro Rodas apresentava o nome do restaurante como destino para o turismo gastronômico, evidenciando as estratégias utilizadas pelo Turismo e os empreendimentos turísticos.

Um aspecto interessante neste restaurante é o fato de levar o nome “Rancho Açoriano” e valorizar em seu cardápio pratos elaborados a partir da ostra, além de o próprio slogan do restaurante apresentar uma ostra. Conforme analisado anteriormente, a maricultura é uma atividade recente e segundo Nor (2010) seria a forma encontrada para sanar os problemas econômicos enfrentados pela comunidade após a queda da produção rural. Interessante

perceber a forma como o campo turismo relaciona as categorias passado e presente, podendo levar o turista /visitante a acreditar em um passado homogêneo e linear. À época da pesquisa o restaurante estava sofrendo reformas e atualmente essa fachada está modificada.

Em todos os restaurantes analisados, até o momento, constatou-se a utilização de cestos e balaios como objetos decorativos. Assim, as intenções de evocação do passado, como “muletas da memória”, são evidentes. Por meio do entrecruzamento entre os discursos do turismo, do Patrimônio e da História, percebemos a sutileza desse enquadramento da memória.

No Guia turístico “Floripa para viajantes”, observamos a seguinte frase: “Por toda a estrada é possível encontrar artesãos expondo suas peças diretamente nas calçadas, a exemplo de miniaturas de utensílios de pesca (redes, canoas, remos) ou dos famosos cestos de cipó”, essa afirmação do guia leva a uma matéria jornalística, compondo um mesmo discurso em fontes diversas. Interessante notar a intenção de remeter ao passado, um trajeto rumo ao passado, como se esse passado fosse sendo evocado por meio desses objetos que anunciariam a sua chegada.

O jornal Notícias do Dia, de 17 e 18 de julho de 2010, publicou a matéria cujo título era “Farinha e balaios atraem turistas de outros estados”. O discurso presente foi todo baseado na narrativa do morador do Sertão do Ribeirão da Ilha, João dos Santos, conhecido como “João do Balaio”, um artesão fabricante de cestos, que afirmou na reportagem que sua farinha já havia chegado “a Minas Gerais” (NOTÍCIAS DO DIA, 2010, p. 15). Aparentemente, a intenção é valorizar o produto que o turismo está oferecendo.

Os discursos analisados nesta pesquisa forjam uma memória coletiva. Algumas características, já foram criadas para classificar o “nativo/manezinho” do Ribeirão da Ilha, àquele de origem açoriana, e que possui hábitos, segundo esses discursos, absolutamente homogêneos e previamente classificados institucionalmente.

Há diversos trabalhos que tratam sobre esses descendentes de açorianos qualificando o que chamam de “o jeito manezinho de ser”, um trabalho que chama atenção pelo próprio título é de Armando de Melo Lisboa, “Construindo uma identidade insular em um mundo que se globaliza: o jeito manezinho de ser”, o artigo chama atenção para sua clara intenção de se identificar características comuns aos descendentes de açorianos. Além desse trabalho, destaca-se, que há trocas de discursos acadêmicos, entre as Universidades locais e dos Açores, através de Congressos, seminários, palestras. Dentro da Universidade Federal de Santa

Catarina há um Núcleo de Estudos Açorianos⁴³, que realiza diversos eventos e produções acadêmicas evidenciando ainda mais a presença açoriana na Ilha. Franklin Cascaes⁴⁴ (1989) impulsionou esse discurso com suas obras, entre elas “*Vida e arte e a colonização açoriana*”, ele foi professor da Escola Industrial de Florianópolis. Desde meados da década de 1940, iniciou pesquisas sobre o cotidiano das comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina (HACHMANN, 2011).

Todo esse arcabouço engendra o trabalho qualificadíssimo de enquadramento da memória, pois os discursos resultantes desses grupos se enraízam de tal forma que acabam criando “falsas memórias”, “identidades ficcionais”, a “invenção de tradições e identidades”. É nessa “invenção de tradições” que o turismo cultural busca um terreno fértil para compor o seu discurso..

O restaurante representado na figura 22 Ostras & Ostras coisas, estava fechado no dia da pesquisa de campo, porém pude observar o interior através das janelas.



Figura 22: fachada do restaurante Ostras & Ostras coisas: Foto de autoria de Caroline Cunha Mendes (acervo pessoal). Data: Abril de 2013.

No interior do restaurante observei objetos incorporados a cultura local, como artesanatos feitos em ostra. O cultivo de ostras como já vimos é uma atividade relativamente recente no Ribeirão da Ilha, numa tentativa de impulsionar o desenvolvimento econômico local. Não há num primeiro olhar, uma evocação à cultura açoriana. Embora num primeiro

⁴³O NEA foi criado em 1984, cujo objetivo era estudar a cultura açoriana no litoral catarinense.

⁴⁴O autor é referência da cultura popular de Florianópolis.

momento não fique evidenciada a relação entre o mar e a cultura açoriana, seria um ledor engano desconsiderar a relação direta, pois está presente em todos os discursos sobre os descendentes de açorianos o seu envolvimento direto com o mar, com a pesca. Porém, até mesmo esses discursos merecem interpretação e criticidade. O patrimônio “é utilizado para fornecer o suporte cenográfico necessário à construção de destinos turísticos (PERALTA, 2003, p. 83)”.

Contudo, tendo em vista as seleções realizadas nesta pesquisa, é interessante notar os investimentos realizados pelos empreendimentos turísticos a fim de dar “unidade, continuidade e coerência” a memória construída. A pesquisa está limitada a apenas alguns restaurantes, selecionados a partir das categorias que se pretendia investigar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve por objetivo realizar uma investigação acerca do processo de inserção do Ribeirão da Ilha nos campos do Patrimônio e do Turismo, analisando o seu entrelaçamento com o campo da História. Inicialmente foi realizada uma leitura das bibliografias e definição de categorias de análise, após buscou-se realizar uma pesquisa de campo seguindo o trajeto da Rodovia Baldicero Filomeno até o perímetro tombando. Adentrando nos restaurantes, partindo de categorias de análise previamente estabelecidas. Apesar de ter percorrido toda a Rodovia, até o final do perímetro tombado, o trabalho limitou-se há investigar apenas alguns restaurantes, àqueles que foram selecionados para representar como os empreendimentos agenciavam a categoria açorianidade. Como a História estava sendo apropriada pelos restaurantes no presente.

Analisando os discursos presentes em uma diversificada série documental, a exemplo os Jornais, os folderes, as imagens, mapas a partir de uma metodologia de análise bastante peculiar, comparando cada uma das séries com as demais. Foram analisados os elos existentes entre o Turismo, o Patrimônio e a História na tentativa de construir uma memória coletiva sobre o Ribeirão da Ilha.

Em relação as fontes utilizadas, inicialmente analisou-se os discursos que foram agenciados para o tombamento do Ribeirão da Ilha, as legislações municipais, considerando as configurações discursivas do campo do Patrimônio do município em consonância com o nacional.

Logo no segundo capítulo foram analisados os folders, e os Jornais que possibilitou a compreensão do caráter de sazonalidade das notícias publicadas, no período selecionado para esta pesquisa.

Os documentos institucionais, aqueles analisados no primeiro capítulo oriundos do poder público municipal revelaram a perspectiva em relação ao Patrimônio, Turismo e História. Demonstraram como ocorreram os processos de patrimonialização e turistificação.

Nas fontes ressalta-se a ideia de uma origem açoriana para a cidade de Florianópolis e para o Ribeirão da Ilha, silenciando-se os conflitos que ocorreram para a vitória desses discursos identitários.

A invenção de um “lugar de memória”, no caso do Ribeirão da Ilha, ocorreu a partir da apropriação de categorias do passado em diálogo com concepções progressistas, como a

ideia de desenvolvimento econômico através da produção e comercialização das ostras e do Turismo.

Com a interpretação das séries documentais foi possível perceber que o discurso municipal adquiriu credibilidade adequando-se ao discurso nacional, apropriando-se de categorias discursivas que garantiram legitimidade e realizou-se um trabalho de “enquadramento da memória”.

Perquiram-se e interpretaram-se os discursos presentes em cada uma das fontes, Jornais, folders, Processos de tombamento, legislações, visando a problematização da própria emergência dos temas nos campos do conhecimento.

Procurou-se trazer fotografias produzidas na pesquisa de campo no Ribeirão da Ilha, com a intenção de apresentar ao leitor o lugar investigado sob a perspectiva do pesquisador, as versões da realidade sob o olhar do historiador, que sofrem recortes.

Os mapas de localização, por exemplo, representam espacialmente o que estava sendo discutido no texto, compõe parte da narrativa visual utilizada no trabalho.

Além dos documentos analisados, o estudo de campo tem suma importância, constitui-se como um momento enriquecedor para análise da problemática do trabalho. O modo como os restaurantes agenciaram as categorias do presente e do passado. Como o turismo articula essas categorias e torna-os produto, em contrapartida estimula a preservação dos lugares para que se tornem atrativos turísticos.

A trama investigada nesta pesquisa está baseada nas intenções presentes nos campos do Patrimônio, Turismo e História em dar ao Ribeirão da Ilha uma visibilidade turística, alguns elementos do passado e progressistas são evidenciados e outros silenciados. Ressignificam-se categorias e lugares.

Há uma representação específica de “açorianidade” presente nos discursos dos campos pesquisados, há ruídos, discrepâncias presentes na formação discursiva do Patrimônio e Turismo, daquilo que seria a “açorianidade”.

Interessante perceber a emergência do tema açorianidade. Questiona-se como um grupo étnico com certa rusticidade, inicialmente representado como um grupo étnico economicamente pobre, ganha espaço no discurso das elites? Trata-se de uma memória das elites ou uma memória dos açorianos? Qual o objetivo das elites de Florianópolis utilizarem da origem açoriana como sua?

São questões que se coloca a partir da análise dessas fontes, que permitem compreender como ocorre a construção da memória coletiva.

A açorianidade presente no discurso do Patrimônio, analisada no primeiro capítulo, das décadas de 1970 e 1980, concentra-se na arquitetura, já a categoria açorianidade presente no discurso do autor Nereu do Vale Pereira é aquela voltada para as práticas sociais. Essas especificidades da mesma categoria em lugares distintos demonstram como há discrepâncias e heteronomias nos campos do conhecimento, que permitem compreender que não é um discurso homogêneo e autônomo.

No estudo sobre o Ribeirão da Ilha analisado no primeiro capítulo, percebeu-se as estratégias de justificar os tombamentos, trazendo categorias específicas do campo do Patrimônio, como “originalidade” e “autenticidade”, a estratégia de colocar plantas dos imóveis comparando o traçado das casas com aqueles presentes nos Açores, na tentativa de legitimar o que se pretendia preservar.

As categorias investigadas neste trabalho, como inalterabilidade e autenticidade, remetem a uma discussão importante do Patrimônio, há graus de autenticidade dos bens que permitem e legitimam a sua preservação sob a justificativa de corresponderem aquilo que está previsto na rede discursiva do Patrimônio.

Diante de tantas questões levantadas neste trabalho, é importante destacar que não há pretensão de elucidar o tema, o objetivo é abrir caminho para uma pesquisa muito mais ampla. Há muita relevância dessa pesquisa para que seja possível compreender o campo do Patrimônio em Santa Catarina, numa perspectiva de problematizá-lo.

REFERÊNCIAS

FOLDERS IMPRESSOS

FLORIANOPOLIS, Prefeitura Municipal de. Folder turístico – “**Florianópolis – SC - Brasil**”. Disponível em www.pmf.sc.gov.br, acesso em 20 de abril 2013.

MINISTERIO DO TURISMO. Folder turístico - **Guia Roteiros do Brasil – Santa Catarina**. S/D. (acervo pessoal)

SHRBS (Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis). **Guia Florianópolis Quatro Estações**. S/D (acervo pessoal)

JORNAIS IMPRESSOS E VIRTUAIS

JORNAL – *Diário Catarinense* de 31 de agosto de 1987. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Acesso nov./ 2013. (cópia acervo pessoal da autora)

JORNAL – Notícias do Dia – 27 de outubro de 2013 – Disponível em <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/115006-para-manter-a-originalidade.html>, acesso em Out. 2013

_____. 17 e 18 de julho de 2010 – Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Acesso em nov. 2013. (cópia acervo pessoal da autora)

JORNAL – *O Estado* de 20 de março de 1984. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Acesso em nov./2013 (cópia acervo pessoal da autora)

_____. *O Estado*, de 06 de agosto de 1989. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Acesso em nov/2013. (cópia acervo pessoal da autora)

JORNAL – *A Gazeta* de Florianópolis de 5 de outubro de 1986. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Acesso em nov/2013. (cópia acervo pessoal da autora)

JORNAL – *Zero*, Ribeirão, desde o começo: dos açores até o nosso século, mitos, história. Florianópolis. Dezembro de 1988. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, 2013. (cópia acervo pessoal da autora)

DOCUMENTOS DA ÁREA DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E PROCESSOS DE TOMBAMENTO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Relação dos bens tombados**. Florianópolis, 1990.

_____. **Documento de proposta de preservação do patrimônio cultural** – Plano de Desenvolvimento integrado do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Florianópolis, 2002

_____. **Florianópolis: Inventário do Patrimônio Histórico Cultural**. 2ª ed. Florianópolis, 2005.

_____. **Atlas do Município de Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 2004.

_____. **Processo de tombamento 02/1975**: Proposta de tombamento das Igrejas do século XVIII. Florianópolis: IPUF, 1975.

LEGISLAÇÃO

FLORIANÓPOLIS, Lei nº. 240, de 27 de Outubro de 1955. Cria a taxa de turismo e hospedagem. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei nº. 853, de 29 de Novembro de 1967. Dispõe sobre a política municipal de turismo, prevê estímulos, cria a diretoria de turismo e comunicações da prefeitura e dá outras providências. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei nº 1.202, de 02 de abril de 1974. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente (SEPHAM). Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei nº. 1.494, de 24 de Março de 1977. Cria o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e dá outras providências. Disponível em: www.leismunicipais.com.br . Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei nº. 1.516, de 29 de junho de 1977. Disciplina o uso do solo, dispõe sobre áreas verdes, equipamentos urbanos e dá outras providências. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei nº. 1.674, de 23 de novembro de 1979. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Florianópolis. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei nº 2193, 3 de janeiro de 1985. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da ilha de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei complementar nº. 001, de 03 de outubro de 1997. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo no distrito sede de Florianópolis e dá outras providências. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Decreto nº 1.341, 17 de dezembro de 1975. Tombamento de edificações religiosas no município de Florianópolis. Diário oficial do estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 29/12/1975.

SANTA CATARINA. Lei nº. 4.240, de 30 de outubro de 1968. Define a Política Estadual de Turismo, cria o Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina, revoga a lei 3.684, de 9 de julho de 1965 e dá outras providências. Diário Oficial. 8.759 de 05/05/69. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei nº. 5.056, de 22 de agosto de 1974. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado e dá outras providências. Diário Oficial. 10.073 de 10/09/74. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2012.

BRASIL, Decreto Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em nov. 2014.

ESTUDOS: LIVROS, ARTIGOS, TRABALHOS EM ANAIS, DISSERTAÇÕES, TESES.

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Edufsc, 2002.

_____. Maria; ALBERS, Suzane; VEIGA, Eliane. **Ilha de Santa Catarina: aspectos da colonização luso-açoriana**. In: SEMANA DE ESTUDOS AÇORIANOS, 1988, Florianópolis, Anais... Florianópolis: Ed. da UFSC. p.105.

AGUIAR, Leila Bianchi. Estado, Turismo, Cultura e Desenvolvimento: Organização Empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil (1966-1988). In: VI SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: CULTURA, 2010, Sergipe, Anais..., Sergipe, 2010, p. 1 – 12. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Grupos.html>, Acesso em: 13/06/2012.

_____. O IPHAN e o desenvolvimento nos conjuntos urbanos preservados. In: Anais da I oficina de pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN: Copedoc, 2008. p. 71-88.

_____. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto**. Niterói, 2006. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense – UFF.

ALBUQUERQUE JO., Durval Muniz de. **Um leque que respira: a questão do objeto em História.** In: __ História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história, Bauru: EDUSC, 2007. cap. 8, p. 149-161.

_____. **A dimensão retórica da historiografia.** In: PINSKY, Carla Bressanezi (org). O historiador e suas fontes, São Paulo: Contexto, 2010. p. 223-249.

ALFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira.** Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville.** Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Aspectos urbano-arquitetônicos dos principais núcleos luso-brasileiros do litoral catarinense.** Disponível em: http://www.nea.ufsc.br/artigos_fatima.php>. Acesso em: 14 de nov.de 2014.

BITENCOURT, Suzana. **Castelos de areia: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980).** Florianópolis, SC, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CABRAL, Osvaldo R. **História de Santa Catarina.** Florianópolis, UFSC, 1968.

_____. **Os Açorianos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950. (separata do volume II dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense.)

CAMPOS, Nazareno José de. **Açorianos do litoral catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura.** Revista Arquipélago. Açores, 2ª série, XIII, 2009.

CARDOSO, Jaqueline Henrique. **Políticas de turismo, patrimonialização e tensões identitárias: Santo Antonio de Lisboa (Florianópolis, SC), 1966-2012.** 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (orgs). **História do turismo no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia (org.) **A invenção do patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Debates, 2)

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: SENAC-SESC, 2009.

DE BIASE, Alessia. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 7, n. 16, dezembro de 2001, p. 173-188.

DELGADO, Andréa Ferreira. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias**. Campinas, 2003. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

_____. Goiás: A invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, vol.11 no.23, Jan./June, 2005.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Nós não somos de origem**: populares de ascendência açoriana e africana em uma freguesia no sul do Brasil (1780-1960). Florianópolis, 2006. Tese (doutorado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi**: palavras, sentidos e ficções. Florianópolis: UFSC, 1991.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

_____. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FOSSARI, Domingos. **Florianópolis de ontem**. 3. ed. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1978.

FOUCAULT. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: PUC; Nau, 2002.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 1987. Petrópolis, Vozes.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico-cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2006.

GARCIA JR, Edgar. **A açorianidade e a política cultural no município de Florianópolis**. Florianópolis, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

_____. **Práticas Regionalizadoras e o Mosaico Cultural Catarinense.** Florianópolis: UFSC, 2002.

GASTAL, Susana. **Turismo, Imagens e Imaginários.** São Paulo: Aleph, 2005.(Coleção ABC do Turismo)

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP.

_____. **O SPHAN e seus colaboradores:** construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Márcia; Antônio Gilberto Ramos Nogueira (orgs.). Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad x: FAPERJ, 2012, p. 145-157.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996.

_____. **Autenticidade, memória e ideologia nacional:** o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.2, 1988.

_____. **Monumentalidade e cotidiano:** os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro:Ed. da FGV, 2002. p.108-123.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

HACHMANN, Juliana. **Cultura popular e modernidade:** a Comissão Catarinense de Folclore e as articulações com o turismo em Florianópolis (1948-1980). Florianópolis, 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François, **O tempo desorientado – tempo e história:** como escrever a história da França? História Social: Campinas, n° 3, p. 127-154, 1996.

_____. **Tempo, história e a escrita da história:** a ordem do tempo. Revista de História, n° 148, São Paulo, 1° semestre, p. 09-34, 2003.

_____. **Tempo e Patrimônio.** Vária História, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, jul/dez. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 6ª ed. Campinas: Unicamp, 2012.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest: Turismo, festa e na estação do chopp.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

_____. **Teatros da Vida, Cenários da História: A farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina.** São Paulo: PUC, 1991.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo, nº 10, dez, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **A História do Turismo em Florianópolis: narrada por quem a vivenciou (1950-2010).** Florianópolis: Editora PalavraCom, 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica a indústria pós-moderna.** Florianópolis: Edufsc, 1998.

PACHECO, Joel; TEIXEIRA, Maria de Fátima; **Ribeirão da Ilha: Patrimônio Histórico e Arquitetônico.** Florianópolis, 1983. Trabalho de graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFSC.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o Patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 83-96, outubro de 2003

PEREIRA, Nereu do Vale, PEREIRA, Francisco do Vale, SILVA N., Waldemar da. **Ribeirão da Ilha: vida e retratos.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

_____. **Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense.** Florianópolis: Ed. Papa Livros, 2003. p. 287.

_____. **Os engenhos de farinha de mandioca na Ilha de Santa Catarina: etnografia catarinense.** Florianópolis: Fundação Cultural Açoriana, 1992.

PIAZZA, Walter. **A epopéia açórico-madeirense: 1748 - 1756.** Florianópolis: UFSC; Ed. Lunardelli, 1992.

PIMENTA, Margareth C. A. **Projeto patrimônio vivo: revitalização do centro histórico de Florianópolis.** V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, 1998.

_____. **Florianópolis como espaço público.** In: Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 35-60.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Revista Resgate**, Departamento de História-UNICAMP, Campinas. p.22-32

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Revista Tempo Social**, USP, São Paulo. outubro de 1995, p. 67-82

RICHTER, Fábio Andreas. **Corpo e alma de Florianópolis: O Patrimônio Cultural na ação do governo do município – 1974 a 2008**. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. **Revista do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.24, 1996. p. 77-95

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VEIGA, Eliane. **Análise histórico-cultural do município de Florianópolis**. In: Atlas de Florianópolis. Florianópolis: IPUF, 2004. p. 79 - 85.

_____. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

_____. O conjunto histórico do Ribeirão da Ilha: importância de sua preservação. **Revista Ágora – Arquivo Municipal**, Florianópolis, 1988. p. 26-32

VIEIRA, Priscila Piazzentini. **Michel Foucault e a História Genealógica em Vigiar e Punir**. 2006. Campinas/SP, Setor de Publicações do IFCH/UNICAMP. A publicação desse livro foi possível devido ao Concurso de Monografias promovido pelo Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas da UNICAMP.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis – Disponível em: www.geo.pmf.sc.gov.br. Acesso em nov. 2014.

Guia Floripa – Disponível em: <http://www.guiafloripa.com.br/>. Acesso em nov. 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: nov. de 2014.

Ministério do Turismo – Mtur. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: nov. 2014.

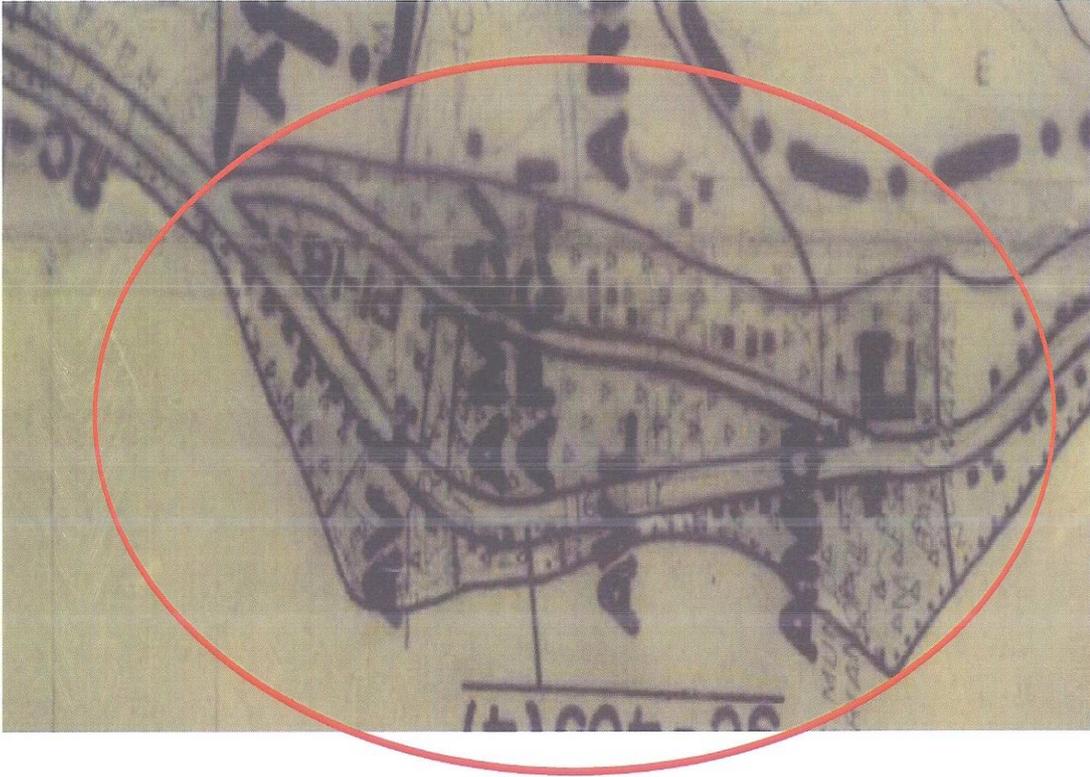
Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF. Disponível em: www.pmf.sc.gov.br. Acesso em: nov. 2014.

Ribeirão da Ilha – Disponível em www.ribeiraodailha.com.br. Acesso em nov. 2014.

Santa Catarina Turismo S/A – SANTUR. Disponível em: www.santur.sc.gov.br. Acesso em: jan. de 2014.

ANEXO

Lei 2193/85 – APC-1 Ribeirão da Ilha



ANEXO 1 – Delimitação de APC através do Plano Diretor de 1985 – Fonte: IPUF. **Inventário do Patrimônio Histórico Cultural**. 2ª ed. Florianópolis, 2005.